CR ALMEIDA S/A - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES

C.N.P.J. 33.317.249/0001-84

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. • **Cenário Macroeconômico e Acontecimentos Importantes no País em 2013:** A economia brasileira terminou o ano de 2013 com crescimento do PIB de 2,3%. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2013 em 5,91% – acima da taxa de 5,84% de 2012. A Selic fechou 2013 em 10%, alta de 2,75 pontos percentuais em relação aos 7,25% de 2012 e com forte tendência de aumento para 2014. Em 2013, o governo federal realizou leilões de cinco rodovias e dos aeroportos de Galeão e Confins no setor de transportes. A CR Almeida, através de sua controlada indireta EcoRodovias participou de forma consciente e segura destas ofertas. Acreditamos que a posição mais conservadora da empresa em relação ao nível de retorno exigido pelos desafios apresentados nestes projetos foi correta e responsável. A CR Almeida se encontra em condição privilegiada de aproveitar novas oportunidades que se apresentem em todos os setores de infraestrutura do país por sua atual condição econômico/financeira invejável. • **Desempenho Econômico e Financeiro Consolidado:** A receita líquida consolidada atingiu R$ 3.286 milhões em 2013. O resultado financeiro líquido consolidado totalizou (-) R$ 290,5 milhões e o resultado consolidado do exercício apresentou prejuízo de R$ 9,9 milhões. **Gestão de Pessoas:** Na área de gestão de pessoas destacamos o pleno andamento do Projeto Construir, programa de estruturação de carreira e sucessão para os cargos estratégicos da empresa, com o objetivo de preparar profissionais para ocupar cargos de gestão e atender assim as demandas de crescimento do grupo. Em paralelo a isso, estreita-se a parceria com instituições de ensino como a Universidade Positivo, como apoio para os treinamentos e desenvolvimento profissional especializado de seus colaboradores, e a Fundação Getúlio Vargas, para o desenvolvimento continuado de gestores e profissionais de nível superior. **Quadro de Colaboradores – Grupo CR Almeida**

Dezembro/2013	Holding	Construtora	Químico	Concessões, Logística e Portuário	Total
Efetivos	161	2.526	1.053	5.810	**9.550**
Terceiros	16	1.551	89	3.559	**5.215**
Total	**177**	**4.077**	**1.142**	**9.369**	**14.765**

• **Desempenho dos Negócios nos Setores de Concessões, Logística e Portuário:** Diversos motivos fizeram de 2013 um ano de extrema importância para o Grupo EcoRodovias. Em maio, a Companhia iniciou a operação da BR-101, no Espírito Santo, com a sua sexta concessão rodoviária, a ECO101, rapidamente demonstrando a qualidade dos serviços oferecidos pelo Grupo. Com o objetivo de fortalecer estrategicamente a atuação da concessionária, em julho, firmou-se em conjunto com a SBS Engenharia e Construções S.A. um contrato de compra e venda com a Centaurus Participações S.A. para a venda de 27,5% do capital social da ECO101, permanecendo a EcoRodovias com 58,0% de participação. O acordo resultou na formação de uma parceria estruturada para identificação e desenvolvimento de oportunidades de negócios em infraestrutura no Estado do Espírito Santo e em âmbito nacional. Ainda em 2013, em outubro, a Companhia concluiu a venda de participação de 1,34% da empresa Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP para Raízen, pelo valor de R$ 33,5 milhões. E, no início de fevereiro deste ano, celebrou um contrato com a Capital Group para a venda do restante das suas ações, representativas a 11,41% das ações da STP, pelo valor de R$ 292,1 milhões. No setor de logística, em decorrência da Medida Provisória nº 612, de abril de 2013, foram concedidas as autorizações para exploração de CLIA (Centro Logístico e Industrial Aduaneiro) para as unidades de Porto Seco de Campinas, São Paulo e Curitiba II da Elog, passando as suas atividades a serem desenvolvidas por prazo indeterminado, com maior liberdade tarifária. No mesmo setor, Elog e Ecoporto Santos ajustaram suas operações, se preparando para os desafios de 2014. As ações da EcoRodovias (BM&FBOVESPA: ECOR3) apresentaram um crescimento do volume financeiro médio de 17,5% e um crescimento de 6,5% no número médio de negócios, que resultou na entrada das ações, a partir de janeiro de 2014, no Ibovespa, índice composto pelas empresas com ações mais negociadas e de maior valor do país, fato que mostra a importância da EcoRodovias no mercado de ações brasileiro. O reconhecimento de que o Grupo busca resultados de maneira sustentável vem, ainda, por meio da inclusão das ações, pela terceira vez, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA, o ISE. **Resultados Econômico-Financeiros: Receita Bruta:** A receita bruta consolidada atingiu R$ 2.878,7 milhões em 2013, crescimento de 26,2% em relação à 2012 devido à consolidação do Ecoporto Santos e ao crescimento orgânico das concessões rodoviárias.

Receita Bruta (em milhões de R$)	2013	2012	Var.
Concessões Rodoviárias	1.745,4	1.606,1	8,7%
Receita de Construção	505,8	298,5	69,4%
Ecoporto Santos	625,0	370,3	68,8%
Serviços	131,6	123,4	6,6%
Eliminações	-129,1	-117,2	10,2%
Receita Bruta	**2.878,7**	**2.281,1**	**26,2%**

Receita Líquida: A receita líquida consolidada atingiu R$ 2.639,2 milhões, crescimento de 26,4% em relação a 2012. As deduções sobre a receita bruta atingiram R$ 239,5 milhões em 2013, representando 8,3% do total da receita bruta.

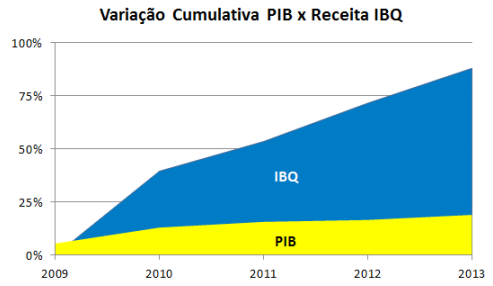
Receita Líquida (em milhões de R$)	2013	2012	Var.
Concessões Rodoviárias	1.595,0	1.468,0	8,7%
Receita de Construção	505,8	298,5	69,4%
Ecoporto Santos	550,5	328,8	67,4%
Serviços	116,8	109,4	6,8%
Eliminações	-128,9	-117,2	10,0%
Receita Líquida	**2.639,2**	**2.087,5**	**26,4%**

Ebitda e Margem Ebitda: O EBITDA foi de R$ 1.205,8 milhões em 2013 e a margem EBITDA de 45,7%. O EBITDA pró-forma ajustado, desconsiderando o resultado de construção, provisão para manutenção e aplicação do IFRS 10, atingiu R$ 1.328,7 milhões em 2013, com margem de 54,4%. O crescimento de 5,0% do EBITDA pró-forma ajustado foi ocasionado pelo crescimento do EBITDA no setor de concessões rodoviárias e pela consolidação do Ecoporto Santos.

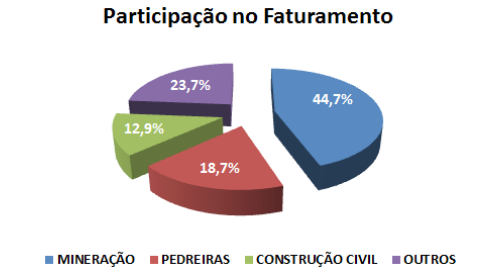
EBITDA (em milhões de R$)	2013	2012	Var.
Lucro Líquido (antes da participação de minoritários)	406,7	427,0	-4,8%
Depreciação e Amortização	236,5	203,9	16,0%
Resultado Financeiro	325,5	241,5	34,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	238,5	238,5	0,0%
Amortização de Investimentos		0,3	-100,0%
Equivalência Patrimonial	-1,4	-44,8	-96,9%
EBITDA	**1.205,8**	**1.066,4**	**13,1%**
Margem EBITDA	**45,7%**	**51,1%**	**-5,4 p.p.**

EBITDA Pró Forma Ajustado (em milhões de R$)	2013	2012	Var.
Ebitda	1.205,8	1.066,4	13,1%
Receita de Construção	-505,8	-298,5	69,4%
Custo de Construção	505,8	298,5	69,4%
Provisão para Manutenção	74,9	75,1	-0,3%
Aplicação IFRS 10			
STP (Participação EcoRodovias)	37,5	30,9	21,4%
Elog (80%)	10,5	93,5	-88,8%
EBITDA - Pró Forma Ajustado	**1.328,7**	**1.265,9**	**5,0%**
Margem EBITDA - Pró Forma Ajustada	**54,4%**	**60,0%**	**-5,4 p.p.**

Resultado Financeiro: O resultado financeiro líquido totalizou R$ 325,5 milhões negativos em 2013, 34,7% superior ao resultado de 2012. Esta variação ocorreu devido ao aumento dos juros sobre debêntures e variação monetária sobre debêntures e financiamento, impactados pela maior representatividade das debêntures no endividamento total da companhia. **Lucro Líquido do Exercício:** Em 2013, a EcoRodovias apresentou lucro líquido de R$ 397,8 milhões, 5,8% inferior aos R$ 422,1 milhões registrados em 2012. • **Desempenho dos Negócios no Setor de Construção: O Setor de Construção em 2013.** No mercado de atuação, os investimentos em infraestrutura, apesar dos avanços do PAC 2, a empresa direcionou seus esforços para o crescimento nas atividades de concessões e PPPs, notadamente nos ramos rodoviários, aeroportuários e de energia. Nestes setores surgiram diversas oportunidades no ano de 2013, porém não foram viabilizados novos negócios junto aos mesmos, o que torna foco para 2014 a busca por novas oportunidades nestes setores. O mercado de investimentos privados também se fortaleceu em alguns setores, principalmente no caso dos segmentos portuário, de energia e industrial. No segmento portuário fomos contratados em 2013 para execução das obras do Estaleiro Jurong Aracruz junto ao cliente EJA – Estaleiro Jurong Aracruz, no Município de Aracruz/ES. O programa de investimento em mobilidade urbana continua sendo uma prioridade do governo federal quer por financiamento a estados e municípios, quer por participação via PPP. A grande maioria dos projetos vinculados à Copa do Mundo de 2014 não serão entregues a tempo, mas devem ser completados nos meses seguintes ao evento. Há vários outros projetos em fase de planejamento previstos para 2014 como o Metrô de Curitiba, a Linha 18 do Metrô de São Paulo, o Metrô de Porto Alegre, entre outros. Estes projetos permanecem sendo de grande interesse da empresa, tendo em vista sua forte atuação nesse mercado nos últimos dois anos. Deve-se ressaltar, contudo, que por serem projetos complexos e com maior risco, a empresa deverá aprimorar sua capacitação técnica e gerencial. **Desempenho Econômico e Financeiro:** Diante do contexto apresentado acima, no ano de 2013 a empresa alcançou a receita bruta consolidada de R$ 685,3 milhões, ante R$ 582,2 milhões no ano anterior, o que representou um crescimento de 17,7 %. **Ebitda e Fluxo de Caixa:** O EBITDA foi de (-) R$ 56,1 milhões em 2013. O fluxo de caixa apresentou um saldo em 31 de dezembro de 2013 de R$ 27,2 milhões. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro líquido totalizou (-) R$ 3,318 milhões em 2013, e em 2012 o resultado foi de R$ 2,064 milhões. A principal diferença foram as receitas financeiras incorridas em 2012 sobre aplicações financeiras e créditos com coligadas. **Lucro Líquido do Exercício:** O resultado líquido do exercício de 2013 atingiu (-) R$ 54 milhões, tendo sido computado neste resultado (-) R$ 40,8 milhões referentes à perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD) de exercícios anteriores e baixas com testes de *Impairment*. Em 2012, o resultado líquido foi de (-) R$ 7,9 milhões, tendo sido computado neste resultado (-) R$ 13,4 milhões também referentes à PCLD. O resultado foi fortemente impactado em razão da não realização de algumas receitas de obras em andamento previstas, tais como: Metrô Linha 5/SP - devido a falta de projetos executivos do cliente; Monotrilho Linha 17/SP - devido a atrasos nas desapropriações, atrasos nas liberações de projetos e nas liberações de licenças ambientais, a cargo do cliente; VLT Cuiabá/MT – devido em parte ao processo de financiamento do contrato assim como atrasos na entrega dos projetos executivos e nas desapropriações também a cargo do cliente; e, UHE Colíder/MT - em razão do sinistro ocorrido em fevereiro/13, onde 95% dos alojamentos, escritórios e área de lazer foram destruídos, bem como também a greve de funcionários ocorrida no mês de setembro/13. Já nas obras novas com previsão de início em 2013 a distorção foi decorrente do Monotrilho de Manaus, o qual não concretizou o início das obras previsto para maio/2013 e recebeu ordem de paralisação em agosto/2013 em decorrência do processo de financiamento do contrato. A queda de receita resultou em aumento significativo dos custos de produção em função da queda de produtividade e no aumento do peso das despesas indiretas e a consequente queda de resultado. Como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos em andamento, foram elaborados e entregues junto a clientes, *claims* administrativos de obras, os quais encontram-se em processo de negociação como também o acionamento do seguro na Obra UHE Colíder/MT. • **Desempenho dos Negócios no Setor Químico:** A IBQ Indústrias Químicas S/A, operando com a marca comercial Britanite, atualmente com representação comercial e operações em quatorze estados brasileiros, tem a maior rede de atendimento entre as empresas do mesmo segmento do país. Competindo com empresas internacionais tradicionais no ramo de serviços de desmonte de rocha e fornecimento de explosivos para uso civil, a IBQ é líder de mercado, continuando com uma participação aproximada de 45% enquanto que seus concorrentes, representados por empresas internacionais ocupam uma parcela equivalente do mercado. Enquanto que uma participação representativa do mercado brasileiro como que a IBQ detém em face de competidores globais torna lenta uma maior ocupação de mercado, a experiência dos colaboradores e a qualidade dos produtos Britanite, permite estruturar estratégias de crescimento para outros mercados e eventualmente para novos negócios.



A Companhia tem apresentado crescimento substancial no segmento de Mineração, setor em grande parte responsável pelo desempenho positivo da balança comercial brasileira e por aproximadamente 50% da receita da Companhia, o qual, segundo levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM deverá ser objeto de uma das maiores parcelas de investimento do setor privado no País no período de 2011 a 2015, com aportes de US$ 68,5 bilhões. Como fator positivo adicional em relação ao futuro dos negócios, a empresa pode contar com os benefícios gerados pelo Plano Nacional de Mineração 2030. Este programa, criado pelo Governo Federal, visa superar os obstáculos e garantir a solidez, competitividade e desenvolvimento do setor de Mineração. O programa norteará e pretende fortalecer o setor mineral brasileiro nos próximos 20 anos. A IBQ Indústrias Químicas S/A também tem representatividade acentuada no setor de construção civil, o qual vem representando 31% de sua receita, tendo sido parceira de todas as grandes construtoras nacionais em obras de infraestrutura como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Jirau e Teles Pires, construção do Rodoanel e Metrô em São Paulo, Metrô e Portos no Rio de Janeiro e obras do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) no Norte e Nordeste tais como Ferrovia Transnordestina e obras de transposição do Rio São Francisco.



Desempenho Econômico e Financeiro: A receita líquida das atividades operacionais neste exercício atingiu o montante de R$ 343,8 milhões contra R$ 338,4 milhões no exercício de 2012, ligeiramente acima do ano anterior porém com perspectivas bastante favoráveis. Da mesma forma que a receita líquida, o Lucro Bruto, no ano de 2013, manteve-se muito próximo ao do ano anterior, no montante de R$ 155,7milhões (45% em relação a receita líquida), tendo sido, em 2012, R$ 155,1milhões (46% em relação a receita líquida). **Ebitda e Margem Ebitda:** A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, produziu R$ 40,0 milhões representando 11,85% em relação a receita líquida, ficando R$ 10,5 milhões menor que 2012, sendo que o resultado de 2012 inclui crédito operacional não recorrente relacionado a impostos no valor de R$ 17,5 milhões, valor este transferido à controladora anterior, por força do item 13.6 do *Share Purchase Agreement* (SPA) assinado entre os acionistas em 29/03/2012. Sendo assim, desconsiderando os impostos mencionados acima do EBITDA de 2012, no ano de 2013 o crescimento da geração de caixa foi de R$ 7,0 milhões, 21,2% superior ao ano anterior. **Resultado Financeiro:** Em 2013 o saldo líquido acumulado das despesas e receitas financeiras ficou em (-) R$ 6,8 milhões, mantendo-se equivalente ao ano anterior em que era de (-) R$ 6,9 milhões. **Lucro Líquido do Exercício:** O lucro líquido do exercício foi de R$ 8,3 milhões comparável com R$ 19,8 milhões no ano de 2012. Da mesma forma que no EBITDA, o lucro líquido do exercício anterior está afetado pelos impostos no valor de R$ 17,5 milhões, transferidos à antiga controladora. Excluindo-se o valor transferido, o lucro líquido apresentou crescimento de R$ 6,0 milhões, o que representa 260,9% em relação a 2012. **Mensagem da Administração:** A Administração reitera a seus colaboradores, clientes e ao mercado sua visão otimista para os negócios do Grupo em 2014 que, também, será um ano de muita reflexão e ações visando o reenquadramento estratégico de seus negócios, diante dos cenários mundial e local de transformações sócio/econômicas significativas. Agradecemos aos nossos Clientes pela confiança em nosso trabalho, aos Acionistas pelo apoio na concretização dos projetos estratégicos, aos Colaboradores pela dedicação e compromisso para com a Companhia e aos demais Associados pela parceria e confiança em nossos objetivos. Rio de Janeiro, 11 de março de 2014. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL - Levantados em 31 de Dezembro (Valores Expressos em Milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	-	1.102.822	125.274
Investimentos temporários	06	13.006	-	83.745	-
Contas a receber	07	16.536	29.506	430.163	239.903
Estoques	-	-	1.288	41.307	30.254
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	15	29.669	51.319	2.162	1.854
Tributos e contribuições a recuperar	-	10.823	12.125	56.521	26.264
Adiantamentos a fornecedores	-	1.164	1.153	50.429	39.488
Despesas antecipadas	-	9	126	8.613	4.426
Outros ativos	-	2.868	729	31.347	7.246
		74.075	**96.246**	**1.807.109**	**474.709**
Não circulante					
Investimentos temporários	06	-	-	153.807	139.620
Contas a receber	07	3.035.537	2.486.751	3.537.528	2.828.089
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	558.219	6.152
Créditos com pessoas ligadas	15	8.012	584	3.719	337
Depósito para recursos	-	14.959	13.906	115.926	25.085
Outros ativos	-	-	-	15.397	-
Investimentos	08	1.742.867	1.751.009	345.670	1.358.473
Propriedade para Investimento	08	227.872	231.177	236.308	239.816
Imobilizado	09	16.475	16.254	499.109	73.940
Intangível	10	435	531	5.775.092	1.652.786
		5.046.157	**4.500.212**	**11.240.775**	**6.324.298**
Total do Ativo		**5.120.232**	**4.596.458**	**13.047.884**	**6.799.007**

PASSIVO	Nota	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Circulante					
Fornecedores e subempreiteiros	-	181	644	182.167	49.116
Empréstimos e financiamentos	11	49.115	67.221	985.690	81.634
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	12	9.709	26.807	163.225	73.796
Dividendos a pagar	15	-	-	1	1
Adiantamentos de clientes	-	-	-	66.958	8.648
Outros passivos	-	1.857	7.144	129.421	10.060
		60.862	**101.816**	**1.527.462**	**223.255**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	335.978	335.978	5.316.323	2.420.588
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	12	19.354	19.198	26.845	19.198
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	707.142	64.964	1.148.066	77.686
Débitos com pessoas ligadas	15	58.056	7	10.225	192
Valores a pagar por amortização de ações	13	275.614	287.439	275.614	287.439
Provisões para contingências	14	44.676	42.776	201.177	50.496
Outros passivos	-	-	-	150.869	-
		1.440.820	**750.362**	**7.129.119**	**2.855.599**
Patrimônio líquido					
Capital social	16	2.424.701	2.424.701	2.424.701	2.424.701
Reservas de lucros	16	1.084.762	1.179.559	1.084.762	1.179.559
Ajustes de avaliação patrimonial	16	136.570	140.020	136.570	140.020
Lucros (Prejuízo) Acumulados	16	(27.483)	-	(27.483)	(24.675)
Atribuído à Participação dos acionistas controladores		**3.618.550**	**3.744.280**	**3.618.550**	**3.719.605**
Participação dos acionistas não controladores		**-**	**-**	**772.753**	**548**
Total do Patrimônio Líquido		**3.618.550**	**3.744.280**	**4.391.303**	**3.720.153**
Total do Passivo		**5.120.232**	**4.596.458**	**13.047.884**	**6.799.007**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Receita líquida das atividades operacionais	17	109.065	206.209	3.285.993	681.796
Custo das atividades operacionais	-	-	-	(2.022.808)	(519.516)
Lucro bruto	**-**	**109.065**	**206.209**	**1.263.185**	**162.280**
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	-	(50.673)	(59.598)	(519.956)	(213.331)
Resultado de Equivalência Patrionial	-	-	-	4.369	196.098
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	18	566.762	(1.942.609)	577.255	(1.959.665)
	-	**516.089**	**(2.002.207)**	**61.668**	**(1.976.898)**
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos financeiros	**-**	**625.154**	**(1.795.998)**	**1.324.853**	**(1.814.618)**
Receitas financeiras	19	2.901	36.152	316.535	43.049
Despesas financeiras	19	(20.915)	(13.819)	(607.007)	(25.342)
Lucro (prejuízo) antes da tributação do imposto de renda e da contribuição social	**-**	**607.140**	**(1.773.665)**	**1.034.381**	**(1.796.911)**
Imposto de renda e contribuição social	20	(642.187)	(16.505)	(898.643)	(17.939)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**-**	**(35.047)**	**(1.790.170)**	**135.738**	**(1.814.850)**
Atribuível à:					
Participação dos acionistas controladores	-	(35.047)	(1.790.170)	(9.825)	(1.814.846)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	145.563	(4)
	-	**(35.047)**	**(1.790.170)**	**135.738**	**(1.814.850)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (CONTROLADORA) Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores Expressos em Milhares de Reais)

Mutações	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Dividendos	Reservas de Lucros: Amortização de Ações	Reservas de Lucros: Estatutária	Lucros a Realizar	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	**2.424.701**	**340.468**	**2.512.517**	**-**	**149.578**	**30.197**	**(2.937.720)**	**-**	**2.519.741**
Realização de reserva	-	-	-	-	-	(3.492)	-	3.492	-
Dividendos de anos anteriores	-	-	(66.068)	-	-	-	-	-	(66.068)
Ajustes de avaliação patrimonial:									
. Reversão - Contas a receber	-	-	-	-	-	-	2.851.356	-	2.851.356
. Reversão - Contas a receber - Controladas	-	-	-	-	-	-	234.020	-	234.020
. Realização - Propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-	1.096	(1.661)	(565)
. Realização - Imobilizado e Propr. p/ Invest. - Controladas	-	-	-	-	-	-	(8.732)	6.554	(2.178)
Constituição de reserva	-	-	-	1.856	-	-	-	(1.856)	-
Transferência para exigibilidade	-	-	-	(1.856)	-	-	-	-	(1.856)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(1.790.170)	(1.790.170)
Destinações propostas:									-
. Absorção de prejuízo	-	-	(1.783.641)	-	-	-	-	1.783.641	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	**2.424.701**	**340.468**	**662.808**	**-**	**149.578**	**26.705**	**140.020**	**-**	**3.744.280**
Realização de reserva	-	-	-	-	-	(4.797)	-	4.797	-
Dividendos de anos anteriores	-	-	(90.000)	-	-	-	-	-	(90.000)
Ajustes de avaliação patrimonial:									
. Realização - Imob. e Propr. p/ Invest. - Controladas	-	-	-	-	-	-	(3.576)	5.419	1.843
Constituição de reserva	-	-	-	2.652	-	-	126	(2.652)	126
Transferência para exigibilidade	-	-	-	(2.652)	-	-	-	-	(2.652)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(35.047)	(35.047)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	**2.424.701**	**340.468**	**572.808**	**-**	**149.578**	**21.908**	**136.570**	**(27.483)**	**3.618.550**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CR ALMEIDA S/A - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES

C.N.P.J. 33.317.249/0001-84

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	**(38.999)**	**83.497**	**1.940.156**	**31.878**
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	**607.140**	**(1.773.665)**	**1.034.381**	**(1.796.911)**
Ajustes por:	**(645.725)**	**1.955.142**	**356.916**	**1.999.706**
. Juros e variações monetárias	18.031	7.954	620.001	18.128
. Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	43.140	(350)	79.206	4.568
. Outros resultados em investimentos	4.380	-	4.380	-
. Reconhecimento de perdas (ganhos) judiciais em precatórios	(603.826)	2.084.937	(603.826)	2.084.937
. Resultado de equivalência patrimonial	(107.311)	(205.206)	(11.663)	(196.098)
. Depreciações e amortizações	520	718	249.200	18.133
. Resultado na baixa de investimentos e imobilizados	11	73.361	25.346	76.310
. Desconto obtido para liquidação de obrigações fiscais	(1.867)	(30.287)	(1.867)	(30.287)
. *Impairment* de propriedades para investimento	348	-	8.150	-
. Outros ajustes	849	24.015	(12.011)	24.015
RESULTADO AJUSTADO DO PERÍODO:	**(38.585)**	**181.477**	**1.391.297**	**202.795**
Aumento (redução) nos passivos:	**(1.499)**	**(66.173)**	**112.126**	**5.157**
. Fornecedores e subempreiteiros	(478)	(14.403)	21.817	17.465
. Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(16.505)	(14.667)	(20.568)
. Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	3.413	(21.838)	46.829	(3.087)
. Outros passivos	(4.434)	(13.427)	58.147	11.347
Redução (aumento) nos ativos:	**1.085**	**(31.807)**	**436.733**	**(176.074)**
. Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa de empresa não consolidada em 2012	-	-	778.982	-
. Contas a receber	3.567	(41.813)	(273.329)	(142.082)
. Tributos e contribuições a recuperar	(125)	(732)	(3.242)	(11.700)
. Depósitos para recursos	(1.101)	(283)	(11.387)	(5.841)
. Estoques	654	8.394	(6.458)	(3.569)
. Outros ativos	(1.910)	2.627	(47.833)	(12.882)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:	**137.602**	**45.463**	**(653.279)**	**(1.915.116)**
. Aplicações em investimentos permanentes	(772)	(3)	(772)	(1.989.747)
. Aplicação em propriedades para investimento	(789)	(1.743)	(789)	(1.743)
. Aquisição de imobilizado e intangível	(656)	(2.356)	(673.232)	(31.928)
. Dividendos recebidos	139.819	49.565	21.514	108.302
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:	**(98.603)**	**(128.963)**	**(309.329)**	**1.928.716**
. Empréstimos e financiamentos obtidos	-	30.000	1.357.585	2.125.295
. Pagamento de empréstimos e financiamentos	(30.292)	(921)	(1.384.188)	(26.296)
. Parcelamento de obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	11.436	11.436	12.825	11.921
. Pagamento de obrigações fiscais, sociais e trabalhistas parceladas	(31.140)	(31.140)	(32.840)	(42.016)
. Operações de mútuo com empresas ligadas	46.741	(23.373)	734	(25.220)
. Valores a pagar por amortização de ações	(5.348)	(4.965)	(11.011)	(4.965)
. Dividendos pagos	(90.000)	(110.000)	(252.434)	(110.003)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**-**	**(3)**	**977.548**	**45.478**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	**-**	**3**	**125.274**	**79.796**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	**-**	**-**	**1.102.822**	**125.274**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Valores Expressos em Milhares de Reais)

1 - Contexto Operacional: A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes a execução e a exploração de todas as áreas da engenharia e de construção, industrialização e comercialização de bens afins, produtos químicos e exploração de concessões de serviços públicos. **2 - Apresentação e Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade, exceto pela mensuração e registro dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade *(International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo a *International Accounting Standard Board* (IASB). **2.1. Combinação de negócios:** *Combinações de negócios a partir de 1º de janeiro de 2009:* Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. **2.2. Investimento em coligadas e em *joint ventures*:** Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. *Joint venture* é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias. Os investimentos da Companhia em sua coligada e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis da coligada ou *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. **2.3. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumí-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia e suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.4. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. • Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação. A Companhia e suas controladas determinam as políticas e procedimentos para mensuração do valor justo, como propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados e disponíveis para venda, e para mensuração não recorrente, tais como ativos mantidos para distribuição em operação descontinuada. Avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente. **2.5. Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se: a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio, e as receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de contêineres vazios. b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio. c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. d) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos. **2.6. Impostos:** *Imposto de renda e contribuição social - correntes:* Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. *Impostos diferidos:* Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas vigentes na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. *Imposto sobre vendas:* Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.7. Imobilizado e propriedades para investimento:** A Companhia e determinadas controladas em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16), CPC 28 (IAS 40) e ICPC 10, houve a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas Normas Internacionais de Contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43. Quando da adoção inicial dos Pronunciamentos e Interpretações antes mencionados, através de laudos emitidos por peritos avaliadores independentes, foram identificados bens que apresentavam valor contábil substancialmente superior ou inferior ao seu valor justo em seus saldos iniciais. Por essa razão, foi adotado como custo atribuído (*deemed cost*), esse valor justo. De igual forma, quando identificado a existência de bens em que o valor reconhecido contabilmente é superior ao valor de sua provável realização por venda e/ou recuperação futura através de fluxos de caixa, são reconhecidas provisões para perdas. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.8. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior. **2.9. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** *(i) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos, debêntures e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; • Empréstimos e contas a receber; • Investimentos mantidos até o vencimento; • Investimentos financeiros disponíveis para venda. *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial. *Empréstimos e recebíveis:* Essa categoria é a mais relevante da Companhia e suas controladas. Empréstimos e recebíveis são ativos e passivos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. *Investimentos mantidos até o vencimento:* Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando for manifestada a intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período. Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado. Dividendos sobre investimentos patrimoniais disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando o direito de reconhecimento da Companhia for estabelecido. O valor justo de ativos monetários disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações contábeis. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. *Desreconhecimento (baixa):* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de uma Companhia de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. *(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou Companhia de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou Companhia de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, inicialmente é procedida avaliação individual quanto a existência de evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em uma categoria de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável. O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado. *Instrumentos financeiros disponíveis para venda:* Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significante e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil. Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado abrangente. No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração do resultado. Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de

dívida aumentar e esse aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável da demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado. *(iii) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de garantia financeira. *Mensuração subsequente:* A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. *Empréstimos e financiamentos:* Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. *Contratos de garantia financeira:* Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia e controladas são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. *Desreconhecimento (baixa):* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. *(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida:* Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: *Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura:* Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. *Ativos intangíveis:* Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **2.11. Caixa e equivalentes de caixa**: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.12. Ações em tesouraria**: Instrumentos patrimoniais próprios quando são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital. **2.13. Provisões Gerais**: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia e suas controladas fazem parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios:* Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior de: • o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25); ou, • o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita (CPC 30). **2.14. Transações envolvendo pagamento em ações**: Os Administradores de parte das Companhias integrantes do grupo (EcoRodovias) recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Essa diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação. Transações liquidadas com títulos patrimoniais: O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de desvalorização apropriado. O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em "despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período. Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas. Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em "despesas de pessoal" corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais. O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído. **2.15. Conversão de moeda estrangeira**: As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da controladora e controladas. *Transações e saldos:* As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.17. Arrendamentos mercantis:** A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. Companhia como arrendatário: Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. **2.18. Custos de empréstimos**: Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.19. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013**: Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia e suas controladas pretendem adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis. • IFRS 9 Instrumentos Financeiros: A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida. • Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia e suas controladas não esperam que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações contábeis, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento. • IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32: Essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações contábeis. • IFRIC 21 Tributos: O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações contábeis. **3 - Uso de Estimativas e Julgamento**: A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRSs emitidas pelo IASB, determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia que o detém efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: O momento de reconhecimento dos ativos intangíveis é avaliado com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura, que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão: O efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão é reconhecido limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor e Índices de Preços ao Consumidor - IPCs), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), "commodities" (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras. Determinação das receitas de construção: De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que os mesmos podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, e portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos: Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia e suas controladas, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 8,76% e 11,99% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações. b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. **4 - Demonstrações contábeis consolidadas**: As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas. A Companhia e suas controladas adotam o critério da contabilização pelo método da Equivalência Patrimonial dos investimentos controlados em conjunto descritos em grupo específico abaixo. A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto:

	Observação	% de Participação 2013	% de Participação 2012
Controladas diretas:			
• AEQ Aliança Eletroquímica Ltda.	(b)	-	99,999333
• Agropastoril Madeireira e Colonizadora Sanhaço Ltda	-	99,999989	99,999989
• CHR - Administração de Bens Ltda.	-	94,200250	94,200250
• Mandarim Agropecuária Ltda	-	99,970202	99,970202
• Primav Construções e Comércio S/A.	-	99,999959	99,999959
• Proyectos y Explosivos S.A. (PROEXSA)	(c)	100,00000	15,00000
Controladas em conjunto:			
• IBQ - Indústrias Químicas S/A	(a)	33,333333	33,333333
Controladas indiretas:			
Via Primav Construções e Comércio S/A.			
- CR Almeida S/A - Engenharia de Obras	-	99,996387	99,996387
- EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	(d)	63,988690	63,988690
• EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.:			
Controladas diretas:			
- EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	-	100,00	100,00
- EIL01 Participações S.A.	-	100,00	100,00
- ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	-	58,00	80,00
- EIL02 S.A.	-	100,00	100,00
- EIL03 S.A.	-	100,00	-
- EIL04 S.A.	-	100,00	-
- Ecoporto Santos S.A.	(e)	100,00	100,00
- Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	-	100,00	100,00
- Termlog - Transporte e Logística Ltda.	-	100,00	100,00
Controladas em Conjunto:			
- Elog S.A.	-	80,00	80,00
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	-	11,41	12,75
- Rodovia das Cataratas S.A.			
- Ecocataratas	-	-	-
Controladas Indiretas:			
Via EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.:			
- Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	-	100,00	100,00
- Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	-	100,00	100,00
- Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	-	100,00	100,00
- Rodovia das Cataratas S.A.			
- Ecocataratas	-	100,00	100,00
- Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	-	90,00	90,00
Via Elog S.A. (antes denominada Elog Sudeste S.A.):	-		
- Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	-	100,00	100,00
- Elog Logística Sul Ltda.	-	100,00	100,00
- ELG-01 Participações Ltda.	-	100,00	100,00
- Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	-	100,00	100,00
- Paquetá Participações Ltda.	-	100,00	100,00

(a) Até junho/2012 a Companhia detinha 100% da participação e, por essa razão, consolidou os resultados apurados até Maio/2012. Após essa data, passou a ser controlada em conjunto. (b) A Sociedade foi alienada em Julho/2012. Os resultados foram consolidados até Junho/2012. (c) A Sociedade, com a aquisição do controle, passou a ser consolidada em 2013. (d) Até o final de 2012, a Participação era considerada como de controle compartilhado. Os resultados daquele exercício, não foram consolidados. (e) Anteriormente denominada Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. **5 - Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Caixa	-	-	16.312	1.310
Bancos conta-movimento	-	-	5.782	8.496
Aplicações financeiras	-	-	1.080.728	115.468
	-	**-**	**1.102.822**	**125.274**

As aplicações financeiras estão compostas como segue:

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Certificados de depósito bancário	-	-	63.882	58.331
Debêntures	-	-	1.757	54.466
Fundos de investimento	-	-	1.015.089	2.671
	-	**-**	**1.080.728**	**115.468**

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDB e debêntures estão substancialmente sendo remunerados à taxa média ponderada de 91,6% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses, possuindo o poder de liquidez imediata. O montante aplicado em fundos de investimento está substancialmente representado por aplicação em fundo que se enquadra na categoria "renda fixa crédito privado", cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados. Em 31 de dezembro de 2013, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 91,12% em Certificado de Depósito Bancário - CDB, 3,29% em Operações Compromissadas, 5,15% em Letra Financeira - LF e 0,44% em títulos públicos federais. As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. **6 - Investimentos temporários:**

		Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Certificados de depósito bancário	(a)	13.006	-	31.538	-
Fundo de investimento financeiro	(a)	-	-	52.491	-
Fundo de investimentos em direitos creditórios	(b)	-	-	140.462	139.620
Outros	-	-	-	13.061	-
		13.006	**-**	**237.552**	**139.620**
Ativo circulante		13.006	-	83.745	-
Ativo não circulante		-	-	153.807	139.620
		13.006	**-**	**237.552**	**139.620**

a) Certificados de depósito bancário e Fundos de investimento financeiro: São remuneradas por taxas que refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. Embora possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem substancialmente vinculados ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da controlada indireta Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. como garantia de recursos para pagamento de juros e principal. Do montante total, R$ 13.006 mil (controladora e consolidado) corresponde a conta vinculada representativa de depósito efetuado pelo adquirente de 2/3 das ações da IBQ - Indústrias Químicas S/A cuja liberação ocorrerá quando da liquidação de determinados passivos tributários existentes naquela companhia no momento da venda (*Escrow account*). b) Fundo de investimentos em direitos creditórios: Durante o exercício de 2010 as controladas Primav Construções e Comércio S/A e CR Almeida S/A - Engenharia de Obras aportaram parte dos precatórios de suas propriedades em fundos de investimentos denominados "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Selecionados III" e "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Selecionados IV" que têm por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de precatórios de titularidade do cedente. Sobre os valores aportados, nos montantes de R$ 175.124 mil (Primav Construções e Comércio S/A) e R$ 195.808 mil (CR Almeida S/A - Engenharia de Obras), foi aplicado um deságio equivalente a 63,74%, representado pelas condições da época de negociação de mercado, resultando em aportes líquidos de R$ 63.500 mil e R$ 71.000 mil, respectivamente. Além disso, cada empresa aportou também R$ 1.500 mil em moeda corrente. Os Fundos, conforme registros e divulgações na Comissão de Valores Mobiliários apresentam, em 31 de dezembro, as seguintes características e posição:

	FDIC-NP III (*) 2013	FDIC-NP III (*) 2012	FDIC-NP IV (**) 2013	FDIC-NP IV (**) 2012
I - Saldo das Aplicações				
. Direitos creditórios (DC) - (R$)	67.969	66.622	71.000	71.000
. Valores mobiliários - Cotas de Fundos da ICVM 409 - R$ 000	653	921	859	1.080
. Títulos públicos federais	118	109	-	27
II - Patrimônio líquido				
. Valor do patrimônio líquido - R$ 000	68.657	67.587	71.806	72.033
. Valor do patrimônio líquido médio - R$ 000	68.515	67.498	71.824	72.051

(*) FDIC-NP III -	Nome Fundo:	FIDC-NP PRECATÓRIOS SELECIONADOS III
	CNPJ Fundo:	11.641.910/0001-70
	Administrador:	BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM
	CNPJ Administrador:	59.281.253/0001-23
	Situação do Fundo:	Em funcionamento normal.
(**) FDIC-NP IV -	Nome Fundo:	FIDC-NP PRECATÓRIOS SELECIONADOS IV
	CNPJ Fundo:	11.728.856/0001-02
	Administrador:	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
	CNPJ Administrador:	00.066.670/0001-00
	Situação do Fundo:	Em funcionamento normal.

7 - Contas a receber:

		Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Faturas e títulos a receber	(a)	24.027	94.797	223.759	137.904
Serviços executados a faturar	(a)	-	5.698	211.631	173.836
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(a)	-	(10.002)	(23.476)	(13.701)
Créditos de precatórios a receber	(b)	3.028.046	2.425.764	3.372.238	2.769.953
Rendas a Receber - Total Return Swap	(c)	-	-	183.539	-
		3.052.073	**2.516.257**	**3.967.691**	**3.067.992**
Ativo circulante		16.536	29.506	430.163	239.903
Ativo não circulante		3.035.537	2.486.751	3.537.528	2.828.089
		3.052.073	**2.516.257**	**3.967.691**	**3.067.992**

a) Faturas e títulos a receber, Serviços executados a faturar e Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Representam preponderantemente valores a receber provenientes de faturas emitidas e de medições de serviços realizados ainda não faturados. Os valores a receber estão apresentados líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa a expectativa desfavorável da administração da Companhia e de suas controladas quanto ao recebimento dos valores.

b) Créditos de precatórios a receber: A movimentação nessa rubrica é apresentada a seguir:

Controladora

	União Federal	Estado do Paraná Central do PR	Estado do Paraná Alexandra Matinhos	Estado de Rondônia	Município de Pelotas / RS	Município de São Jerônimo/RS	Município de Maringá / PR	TOTAL
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	**528**	**4.473.417**	**-**	**-**	**-**	**2.798**	**8.207**	**4.484.950**
Reconhecimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	25.824	-	-	-	-	-	25.824
Atualizações	57	(2.084.937)	-	-	-	313	-	(2.084.567)
Recebimentos	(118)			-	-	(325)		(443)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	**467**	**2.414.304**	**-**	**-**	**-**	**2.786**	**8.207**	**2.425.764**
Reconhecimento	-	-	7.218	1.569	6.371	-	-	15.158
Aquisições	-	5.809	-	-	-	-	-	5.809
Atualizações	71	581.326	-	-	-	-	-	581.397
Recebimentos	-	-	-	-	-	(82)	-	(82)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	**538**	**3.001.439**	**7.218**	**1.569**	**6.371**	**2.704**	**8.207**	**3.028.046**

Consolidado

	União Federal	Estado do Paraná Central do PR	Estado do Paraná Alexandra Matinhos	Estado de Rondônia	Município de Pelotas / RS	Município de São Jerônimo/ RS	Município de Maringá / PR	Estado de Minas Gerais	TOTAL
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	**528**	**4.840.578**	**-**	**-**	**-**	**2.798**	**8.207**	**2.851**	**4.854.962**
Reconhecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualizações	57	(2.084.937)	-	-	-	314	-	-	(2.084.566)
Recebimentos	(118)	-	-	-	-	(325)	-	-	(443)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	**467**	**2.755.641**	**-**	**-**	**-**	**2.787**	**8.207**	**2.851**	**2.769.953**
Reconhecimento	-	-	7.219	1.570	6.372	-	-	-	15.161
Aquisições	-	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
Atualizações	71	581.326	-	-	-	-	-	-	581.397
Recebimentos	-	-	-	-	-	(82)	-	-	(82)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	**538**	**3.342.776**	**7.219**	**1.570**	**6.372**	**2.705**	**8.207**	**2.851**	**3.372.238**

Da totalidade dos precatórios dos quais a Companhia é detentora, merecem destaque os R$ 3.001.439 mil (R$ 3.342.777 mil no consolidado) que são correspondentes a valores remanescentes de exercícios anteriores, decorrentes de direitos indenizatórios pelo não pagamento de serviços executados pela Companhia na Ferrovia Central do Paraná, objeto de emissão de precatórios contra o Estado do Paraná. Referidos precatórios, todos decorrentes de sentenças transitadas em julgado, são assim detalhados:

Detalhamento	Nº do Precatório	Data de Expedição
AÇÃO ORDINÁRIA Nº 397 - 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba	57.220/1998	23/06/1998
AÇÃO ORDINÁRIA Nº 1.452 - 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba	47.464/1994	29/11/1994
AÇÃO ORDINÁRIA Nº 11.091 - 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba	51.218/1997	30/06/1997
AÇÃO ORDINÁRIA Nº 11.092 - 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba	48.609/1997	26/06/1997
AÇÃO ORDINÁRIA Nº 2.082 - 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba	20.607/1991	16/11/1994

• Movimentações ocorridas em 2012: Durante o exercício social de 2012, através de revisão de sentenças transitadas em julgado, foi apurada uma redução significativa de seu valor, sendo cabível recurso a instâncias superiores para a busca de sua recomposição. Os fundamentos dessa redução estão baseados substancialmente nos critérios de atualização que vem sendo objeto de questionamento por parte do Estado. Pela consideração de práticas conservadoras, o efeito contábil desta redução fez com que a empresa considerasse um ajuste no resultado do exercício, consequentemente impactando negativamente o Patrimônio Líquido em R$ 2.084.937 mil, gerando uma redução no seu crédito líquido (descontadas as cessões a terceiros) de R$ 4.473.417 mil em 31 de dezembro de 2011 passou a R$ 2.414.303 mil em 31 de dezembro de 2012. • Movimentações ocorridas em 2013: No decorrer do exercício social de 2013, o STF julgou inconstitucional a Emenda Constitucional nº 62/2009, em razão disso foi afastada a poupança como critério de reajuste dos precatórios e foram retomados os critérios estabelecidos em sentença - IGP/DI e juros de 12% ao ano. Apesar da declaração de inconstitucionalidade, o Estado do Paraná continua depositando 2% de sua receita corrente líquida para o pagamento de precatórios. Além disso, também pela consideração de práticas conservadoras, novas revisões foram efetuadas em relação a situação jurídica atual de cada um dos precatórios, foram consideradas as carências de juros conforme período de graça (art. 100 da Constituição Federal) determinadas pelas decisões judiciais vigentes. Como resultado dessas modificações em relação ao exercício anterior, bem como por conta das atualizações do exercício de 2013, foram registrados R$ 581.326 mil tendo como contrapartida o resultado do exercício. No que se refere a realização desses valores, a Companhia, já tendo obtido o reconhecimento de seus direitos, aguarda tão somente a execução orçamentária por parte do Governo do Estado que, inclusive durante a vigência na Emenda Constitucional nº 62, efetuou depósitos - e continua - em conta especial em valor equivalente a 2% de suas receitas correntes líquidas, os quais são destinados para pagamento aos detentores de precatórios respeitando a ordem da fila estabelecida pelo Tribunal de Justiça do Estado. Até 31 de dezembro de 2011, referidos créditos de precatórios vinham sendo mantidos contabilmente avaliados aos preços que seriam obtidos no mercado caso os mesmos fossem negociados junto a terceiros. A contrapartida do ajuste dessa avaliação era efetuada em conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido (nota 16.c). Durante o exercício de 2012, tendo em vista não mais existir a expectativa de negociação desses créditos junto a terceiros, os ajustes de avaliação patrimonial foram integralmente revertidos. **c) Rendas a receber - *Total Return Swap:***

Valor Justo	**Valores**
. Valor pelo custo amortizado	(9.859)
. Ajuste a valor justo	193.398
	183.539
Ativo Circulante	26.581
Ativo não circulante	156.958
	183.539

Em 04 de outubro de 2013, a Companhia contratou um instrumento financeiro denominado "*total return swap*" com Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado. A ponta ativa é representada por valores que serão distribuídos pelo fundo denominado Precatórios CPU II - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Não Padronizados (FIDC). A ponta passiva é representada por Variação Cambial + 10,85% a.a. sobre o valor base de referência de R$ 110.000 mil. O contrato não é negociado separadamente e sua liquidação será realizada pelo valor líquido. O valor justo da ponta ativa foi apurado pelas projeções dos fluxos do recebível da carteira do FIDC e trazidas a valor presente pela taxa de juros de mercado, acrescido de um *spread* estimado de risco. O recebível do FIDC conta com garantias de bens imóveis e precatórios emitidos pelo Governo do Estado do Paraná. O valor justo da ponta passiva foi obtido pelas projeções do dólar nas datas futuras, acrescidas do *spread* contratual e trazidas a valor presente por uma taxa de juros de mercado livre de risco. Para o cálculo do valor justo, a Companhia utilizou das taxas referenciais divulgadas pela BM&F BOVESPA.

8 - Investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Participações em sociedades avaliadas por equivalência patrimonial	1.713.045	1.723.953	341.551	1.354.393
Participação em sociedade em conta de participação	-	-	3.972	3.925
Ágio na aquisição de participações societárias	29.822	27.056	-	-
Outros investimentos	-	-	147	155
	1.742.867	**1.751.009**	**345.670**	**1.358.473**

8.1) Participações Diretas em Sociedades Avaliadas por Equivalência Patrimonial - Controladora:

	AEQ (a)	CHR (b)	IBQ (c)	Mandarim (d)	Primav (e)	Sanhaço (f)	Proexsa (g)	TOTAL
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	**2.128**	**3.602**	**95.736**	**19.311**	**1.299.655**	**19.421**	**-**	**1.439.853**
Resultado de equivalência patrimonial	(4.672)	(33)	9.115	(5)	200.825	(24)	-	205.206
Integralização de Capital	671	5.000	1.633	-	-	-	-	7.304
Adição por aquisição	-	-	3	-	-	-	-	3
Concessão de adiantamentos para futuro aumento de Capital	14.311	-	-	-	-	-	-	14.311
Ganho / Perda por variação percentual	-	(85)	66	-	-	-	-	(19)
Dividendos e/ou juros s/ capital próprio destinados pela controladora	-	-	(21.419)	-	(61.936)	-	-	(83.355)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(3.523)	-	235.365	-	-	231.842
Baixa por alienação	(12.438)	-	(51.698)	-	-	-	-	(64.136)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	**-**	**8.484**	**29.913**	**19.306**	**1.673.909**	**19.397**	**-**	**1.751.009**
Resultado de equivalência patrimonial	-	63	2.787	(132)	105.625	(195)	(837)	107.311
Adição por aquisição	-	-	-	-	-	-	754	754
Dividendos e/ou juros s/ capital próprio destinados pela controladora	-	-	(661)	-	(117.506)	-	-	(118.167)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	1.834	-	126	1.960
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	**-**	**8.547**	**32.039**	**19.174**	**1.663.862**	**19.202**	**43**	**1.742.867**

a) A participação societária na **AEQ** - Aliança Eletroquímica Ltda. é equivalente a 99,999333% (149.999 quotas) foi vendida durante o exercício de 2012. Referida Sociedade têm por objeto social a pesquisa, o desenvolvimento, a fabricação, a comercialização de produtos e artefatos químicos e explosivos tanto para uso civil quanto para uso militar. Ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, a controlada apresentou prejuízos de R$ 814 mil. b) A participação societária na **CHR** Administração de Bens Ltda. é equivalente a 94,20025% (10.033.733 quotas). Referida Sociedade, constituída em 1960, tem por objeto a administração de bens próprios, incorporação de imóveis e aplicação de capitais próprios em outras sociedades. Ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a controlada apresentou lucro de R$ 67 mil e prejuízo de R$ 38 mil, respectivamente. A situação patrimonial é apresentada a seguir:

	2013	2012
Capital Social	10.651	10.651
Prejuízos Acumulados	(1.578)	(1.645)
	9.073	**9.006**

c) A participação societária na **IBQ** Indústrias Químicas S/A. é oriunda da venda de 2/3 das ações em junho/2012. A participação societária é representativa de 33,33333%, correspondendo a 23.277.346 ações. Ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a coligada apresentou lucros de R$ 8.361 mil e 19.804 mil, respectivamente. A situação patrimonial é apresentada a seguir:

	2013	2012
Capital Social	69.832	69.832
Reservas de Capital	58.256	58.256
Reservas de Lucros	26.283	19.907
	154.371	**147.995**

d) A participação societária na **Mandarim** Agropecuária Ltda. é equivalente a 99,970202% (3.354.935 quotas). Referida Sociedade, constituída ainda em 2011, têm por objeto social a finalidade agrícola e pecuária podendo participar do capital de outras sociedades. Ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a controlada apresentou prejuízos de R$ 132 mil e R$ 5 mil, respectivamente. A situação patrimonial é apresentada a seguir:

	2013	2012
Capital Social	3.356	3.356
Prejuízos Acumulados	(140)	(8)
	3.216	**3.348**

e) A participação societária na **Primav** Construções e Comércio S/A. é equivalente a 99,999959% (1.200.178.639 ações). Referida Sociedade tem por atividade preponderante a participação em outras sociedades atuando como holding em exploração de concessões de serviços públicos. Ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a controlada apresentou lucros de R$ 105.626 mil e R$ 200.825 mil, respectivamente. A situação patrimonial é apresentada a seguir:

	2013	2012
Capital Social	1.200.179	1.200.179
Reservas de Lucros	453.330	459.817
Ajuste de avaliação patrimonial	10.353	13.914
	1.663.862	**1.673.910**

f) A participação societária na Agropastoril Madeireira e Colonizadora **Sanhaço** Ltda. é equivalente a 99,999989% (8.733.834 quotas). Referida Sociedade têm por objeto social a exploração agrícola e pecuária, colonização e exploração de madeira, incorporação e intermediação de imóveis, administração, compra e venda de bens imóveis próprios ou de terceiros, podendo participar do capital de outras sociedades. Ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a controlada apresentou prejuízos de R$ 195 mil e R$ 24 mil, respectivamente. A situação patrimonial é apresentada a seguir:

	2013	2012
Capital Social	8.734	8.734
Prejuízos Acumulados	(629)	(434)
	8.105	**8.300**

g) A participação societária na Proyectos Y Explosivos S.A (**Proex S.A.**) é equivalente a 100% (quotas). Referida Sociedade Anônima constituída na República do Panamá, tendo iniciado suas operações em 2009. A empresa têm por objeto social a venda de materiais explosivos e serviços de aplicação. Ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a controlada apresentou prejuízos de R$ 837 mil e R$ 1,5 milhão, respectivamente. A situação patrimonial é apresentada a seguir:

	2013	2012
Capital Social	1.377	1.377
Prejuízos Acumulados	(4.101)	(2.676)
	(2.724)	**(1.299)**

8.2) Participações Indiretas em Sociedades Avaliadas por Equivalência Patrimonial - Consolidado. a) A participação societária na CR Almeida S/A - Engenharia de Obras é equivalente a 99,996387% (16.063.305.977 ações). A Companhia tem como atividades preponderantes a execução e a exploração de todas as áreas da engenharia e construção. Ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a controlada apresentou prejuízos de R$ 54 milhões e R$ 8 milhões, respectivamente. b) A participação societária na EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., equivalente a 63,98869% (357.504.226 ações). A Companhia iniciou suas atividades em 7 de novembro de 2000 e tem por objeto operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retro-áreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. Ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a controlada apresentou lucros de R$ 397,8 milhões e R$ 422,1 milhões respectivamente. c) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., tem por objeto social participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para outras empresas do Grupo EcoRodovias. A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. controla as empresas do segmento de concessionárias de rodovias do Grupo EcoRodovias, são elas: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas e Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul. d) A EIL01 Participações S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, como sócia ou acionista. e) A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., constituída em 22 de março de 2012, tem por objeto social a exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. Em 01 de novembro de 2013, após cumprimento das condições precedentes, foi concluída, por meio da celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações e efetiva transferência de ações a operação de venda de 27,5% das ações representativas do capital social da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., que explora a rodovia BR 101 ES/BA. Com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter 58% do capital social da ECO101. f) A EIL02 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, como sócia ou acionista. g) A EIL03 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, como sócia ou acionista. h) A EIL04 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, como sócia ou acionista. i) A Ecoporto Santos S.A (anteriormente denominada Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.) é uma empresa brasileira que realiza operações portuárias e também o manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação, com terminal próprio no Porto de Santos, nos termos da licitação 06/97 da Cia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. j) A Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda, (atualmente denominado de Ecoporto Alfandegado) é uma empresa brasileira, dedicada ao manuseio e à armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro. k) A Termlog Transporte e Logística Ltda. atua na movimentação interna de contêineres das empresas Ecoporto Santos (anteriormente Tecondi) e Termares, e expande seus serviços para atender ao mercado de transporte de carga fracionada e de distribuição. As empresas Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi), Termares e Termlog, formam o "Ecoporto Santos" (anteriormente denominado Complexo Tecondi). Desta forma a Companhia apresenta abaixo, de forma consolidada os efeitos nas informações financeiras consolidadas. l) A Elog S.A., anteriormente denominada Elog Sudeste S.A., tem por atividade a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para a guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes. m) A Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP tem por atividade operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil, a STP está presente em 52 concessionárias de rodovias no País, nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. n) A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. o) A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do Corredor Ayrton Senna - Carvalho Pinto. p) A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná. q) A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 003 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná. Em decorrência de reestruturação societária através de aporte de capital ocorrido em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser controlada direta da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. r) A Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001, e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas. s) A Ecopátio Logística Cubatão Ltda. foi constituída em 4 de abril de 2006, com a atividade de administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos. Esse terminal está localizado no município de Cubatão - SP e possui uma área de 442,7 mil m2 que permitiu a criação de vagas para caminhões, cargas e contêineres. Essa área, pertencente ao município de Cubatão - SP, é objeto de concessão de acordo com Escritura Pública de Contrato de Concessão Real de Uso de Imóvel do Patrimônio Municipal de Cubatão, com prazo final em dezembro de 2029. A Ecopátio Cubatão atua como um terminal alfandegado desde 2010, quando passou a operar como terminal de exportação sob licença Redex - Recinto Especial de Despacho Aduaneiro de Exportação. A sede da companhia fica localizada na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, km 263. t) A ELG-01 Participações Ltda., constituída em 27 de novembro de 2009, tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. u) A Elog Logística Sul Ltda., anteriormente denominada EADI Sul Terminal de Cargas Ltda., tem por atividade preponderante a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes. v) A Anish Empreendimentos e Participações Ltda. tem por objeto empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, "holding", acionista ou cotista. w) A Paquetá Participações Ltda. tem por objetivo a administração de bens próprios, tais como, mas não limitados a, imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros de qualquer natureza e a participação direta ou indireta na qualidade de sócia ou acionista de quaisquer sociedades. **8.3) Combinações de negócios:** *Aquisição de controle individual da EcoRodovias:* Em 17 de outubro de 2012, a Companhia assinou um contrato com a Impregilo International Infrastructures NV para a aquisição de 106.152.825 ações ordinárias (19% do total de ações ON em circulação) da participação na EcoRodovias Infraestrutura e Logística. Essa operação se enquadra nas regras do CPC 15 - Combinação de negócios. O *closing date* da operação foi dia 27 de dezembro de 2012, momento em que as partes cumpriram todas as condições, através dos atos societários e do efetivo pagamento do valor acordado. Consequentemente, nesta data houve a transferência do controle individual. O preço da aquisição total é R$ 1.989.011 pago em caixa à vista.

	Valor Contábil	Mais-valia	Valor Justo
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	435.621	-	435.621
Outros ativos	49.013	-	49.013
Investimentos	2.216.348	3.881.311	6.097.659
	2.700.982	**3.881.311**	**6.582.293**
PASSIVO			
Arrendamentos, empréstimos e financiamentos	574.108	-	574.108
Outros passivos	19.075	-	19.075
Provisões	60	-	60
Tributos diferidos	163	-	163
	593.406	**-**	**593.406**
ATIVOS LÍQUIDOS	**2.107.576**	**3.881.311**	**5.988.887**

Devido a EcoRodovias operar como uma holding, os ajustes foram realizados nas investidas e refletidas nos investimentos.

		Mais/Menos Valia
Intangível	(a)	5.989.739
Imobilizado	(b)	33.352
Investimento - STP	(c)	249.448
Arrendamentos, empréstimos e financiamentos	(d)	(451.696)
Provisões	(e)	(121.737)
Tributos diferidos	(f)	(1.937.339)
Passivos Relacionados a Contratos de Concessão		119.544
		3.881.311

A diferença entre a mais-valia apresentada nos quadros acima se refere às participações não controladoras nas controladas Ecosul e Elog S.A. **a** - Intangível - Se refere aos contratos de concessão de estradas, portos secos e marítimos. **b** - Imobilizado - Representa a diferença entre o valor contábil líquido e o valor justo dos ativos imobilizados das controladas de logística e portos. **c** - Investimento – STP - A EcoRodovias Infraestrutura e Logística tem um investimento conjunto na Serviços e Tecnologia de Pagamentos - STP. A mais-valia representa a diferença de seu valor contábil, mensurado por equivalência patrimonial e o seu valor justo, ponderado pela participação acionária. **d** - Arrendamentos, empréstimos e financiamentos - Os passivos financeiros tiveram seus respectivos valores justos determinados com base nos seus fluxos de caixa descontados por uma taxa de mercado. Quando possível, para as debêntures, foi utilizada as suas cotações. **e** - Provisões - A menos-valia representa o valor justo das provisões advindas de obrigações presentes cuja saída de recursos não seja provável. **f** - Tributos diferidos - Diferenças temporárias sobre os ajustes de mais/menos valias. Considera-se que parte do *goodwill* apurado é fundamentado pelo prêmio de controle. Dado o *business* da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A, que é a participação em licitações de concessões, o controle tem um valor significativo. O *goodwill* também tem parte de seu montante motivado pela sinergia entre os negócios da adquirente, adquiridas e seus investimentos. Outra parte relevante do *goodwill* tem origem no não reconhecimento do ativo intangível do contrato de concessão da ECO 101, pois existe expectativa de rentabilidade futura.

		Valores
Custo da Aquisição	1	1.989.012
Valor Justo dos Ativos e Passivos (Líquido)	2	5.988.887
Valor Justo da Participação Adquirida (19%)	(3) = (2) x 19%	1.137.895
Goodwill	(4) = (3) - (1)	851.117

De acordo com o item 19 do Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) de 2011, que trata da Apresentação das Demonstrações contábeis, a Administração da Companhia optou por não aplicar o requisito contido no Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) de 2011, com relação à questão de remensuração da parte remanescente da participação na EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A, devido o entendimento de que as informações não atendem o objetivo e nem a utilidade das demonstrações contábeis, conforme estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro pelas seguintes razões: i) A Administração da Primav, de uma forma geral, entende que a remensuração de participação societária detida anteriormente a data em que se deu a aquisição do controle individual é correta, várias empresas já adotaram, cujos procedimentos adotados podem ser vistos nas demonstrações contábeis publicadas a partir do exercício de 2010, onde um caso emblemático divulgado é a combinação de negócios envolvendo a Companhia Fibria com a Aracruz. Entretanto, em função das características da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., na condição de empresa Holding, que tem a maturidade dos seus segmentos de negócios dada pelo segmento representado por Concessões de Rodovias, o qual, presentemente, é o segmento responsável por parte substancial da geração de caixa e de lucros da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. Em função disso, a maior parte, representando 82% do valor alocado às mais

valias de ativos por ocasião da PPA (*Price Purchase Allocation*) da parcela adquirida junto à Impregilo representando 19% do capital social da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., foi alocado no intangível das empresas controladas detentoras de Concessões de Rodovias. A Administração da empresa entende que no caso concreto da aquisição dos 19% que lhe conferiu o controle individual da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., fez a adequada alocação do valor pago consoante às regras do CPC 15 - Combinação de Negócios, pois houve pagamento à contraparte, logo, a alocação aos valores de ativos e passivos, inclusive direito de exploração das Concessões, teve lastro ou origem no valor efetivamente pago à Impregilo. Entretanto, para a participação detida inicialmente, de 44,98%, cujo custo foi formado em passado longínquo, iniciando em abril de 1998, a Administração da Primav entende que a remensuração ao valor justo, para a mesma data onde se obteve o controle individual, significa na essência, aplicação do *deemed cost* (custo atribuído) para parte significativa do intangível de controladas (direito de exploração de Concessão), pelos motivos já comentados, procedimento que é expressamente vedado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, como mencionado no item 37 do CPC 37 - R1: *"As práticas contábeis adotadas no Brasil e por este CPC não admitem o uso de custo atribuído para ativos intangíveis, investimentos em controladas, controladas em conjunto, coligadas ou outros ativos que não os ativos imobilizado e propriedade para investimento"*. A Administração da Primav entende que sua remensuração da participação detida anteriormente a aquisição do controle individual equivale a aplicar procedimentos de reavaliação de ativos, o qual foi extinto com o advento da Lei 11.638/08. ii) A aplicação do item da norma, dada a assimetria existente, a Primav já detinha 44% das ações do capital da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., gera informações econômicas temporárias aumento do valor do Ativo e, consequentemente do Patrimônio Líquido, que impacta significativamente os resultados nos períodos seguintes, quando da sua realização, em especial os valores advindos das amortizações do Intangível - direito de exploração da Concessão das controladas indiretas. Esses valores também estão sujeitos a alterações, em razão das condições econômicas, políticas e fatores externos, levando uma maior volatilidade nos resultados da empresa; iii) quando da fixação do preço pago na aquisição das ações, esse valor refletia adequadamente o valor justo dos ativos e passivos daquele momento. Portanto, a Administração julga que o registro dos valores advindos da remensuração ao valor justo da participação detida anteriormente a data de aquisição do controle individual da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., contraria as práticas contábeis adotadas no Brasil, pois parte substancial da diferença entre valor contábil e valor justo da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e suas controladas advém do valor do direito de exploração das Concessões de Rodovias, rubrica integrante do Intangível dessas empresas. Logo, caso fizesse a remensuração da participação detida anteriormente a data em que se efetivou o controle individual, estaria aplicando o *deemed cost* para item não permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, esses valores não atendem uma informação útil a serem divulgadas aos seus acionistas, e nem mesmo aos credores nas suas tomadas de decisões, e que as suas demonstrações contábeis apresentadas, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia. A seguir apresentamos os efeitos da não aplicação da remensuração nas demonstrações contábeis da Primav (correspondente a 44,98% da participação remanescente):

ATIVOS	**2013**	**2012**
Ativo imobilizado	12.179	15.002
Ativo intangível:		
. Contratos de concessão	2.119.187	2.317.753
. Outros intangíveis	362.661	376.431
. Investimentos em coligadas	112.202	112.202
	2.606.229	**2.821.388**
PASSIVOS		
Passivos relacionados a contrato de concessão	(48.986)	(53.771)
Arrendamentos, empréstimos e financiamentos	-	203.173
Provisões	38.932	54.758
Tributos diferidos	851.387	871.415
	841.333	1.075.575
Efeitos líquidos	1.764.896	1.745.813
Passivo + Patrimônio Líquido	**2.606.229**	**2.821.388**

Em razão da não aplicação da remensuração da parte remanescente do acionista controlador, a Companhia deixa de aplicar, igualmente, para os acionistas não controladores. *Subscrição e integralização, pela Ecoporto, de ações da Aba Porto Participações S.A*. Em 18 de maio de 2012, a EcoRodovias, através de sua controlada direta Ecoporto, celebrou Acordo de Subscrição de Ações e Outras Avenças com a CFF Participações Ltda., tendo por objeto a subscrição e integralização, pela Ecoporto, de ações da Aba Porto Participações S.A. representativas de 41,29% de seu capital social votante e total. A Aba Porto, nessa data, detinha ações/cotas representativas da totalidade do capital social das empresas Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda., empresas essas que compõem o Complexo Tecondi, voltadas para a área de operação de portos marítimos. Na mesma data foi celebrado Contrato de Opção de Compra de Quotas, pelo qual a Ecoporto poderia, no prazo de até 12 meses, adquirir a totalidade da participação societária detida pelos acionistas originais no Complexo Tecondi. A Ecoporto exerceu a opção para aquisição da totalidade da participação societária do Complexo Tecondi em 19 de junho de 2012, ou seja, os 58,71% remanescentes. A aquisição totalizou R$ 1.297.341 mil, sendo pagos R$ 540.369 mil correspondentes à aquisição dos 41,29% e R$756.972 referentes aos 58,71% remanescentes. A aquisição de 100% foi efetivada e o controle foi obtido através da Ecoporto em 24 de maio de 2012 (até essa data nenhum desembolso havia sido efetuado), data em que as condições precedentes foram atendidas, sendo elas aprovação da Codesp e anuência dos bancos, sem as quais a aquisição não poderia ser concretizada. Ademais, a opção de compra de 58,71% foi considerada como efetiva, visto que a condição para o exercício ser apenas a condição financeira em 24 de maio de 2012. Com essa aquisição, a EcoRodovias, por meio da Ecoporto, passou a realizar operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos. A Companhia contratou avaliador terceirizado a fim de realizar estudos para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. A Administração avaliou provisoriamente o valor justo dos ativos e passivos adquiridos e concluiu que o ágio pago seria substancialmente alocado aos contratos de concessão. Em 31 de dezembro de 2012 foi registrada uma amortização de R$ 25.415 mil, por possuir vida útil finita. O ágio será amortizado pelo prazo da concessão. Na determinação do preço de aquisição, a Companhia utilizou como premissa a renovação do contrato de concessão, em 2023, por mais 25 anos, conforme previsão na cláusula décima sexta do Contrato de Arrendamento PRES 028.98 ("Contrato"), que prevê tal faculdade mediante solicitação da Companhia ao Poder Concedente. A partir da Lei nº 8.630/93 e Lei nº 8.987/95 e princípios administrativos, a Companhia entende que bastará a comprovação do adimplemento das obrigações do Contrato e existência de interesse público para sua prorrogação. A Companhia entende também que, de acordo com seu plano de investimentos e com sua relevante participação no mercado, terá plenas condições de cumprir as exigências para renovação. Sendo assim, a mesma premissa está sendo utilizada para amortização do ágio decorrente da aquisição. O ágio de R$ 1.136.118 mil, gerado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da adquirida, foi avaliado de maneira preliminar por empresa de avaliação independente e alocado conforme a seguir: (i) R$ 1.106.175 mil como contratos de concessão com vida útil definida até 2048. (ii) R$ 9.943 mil como mais-valia de imobilizado, máquinas e equipamentos, guindastes portuários e veículos, com vida definida entre cinco e dez anos. O fluxo de caixa da aquisição foi conforme segue:

	Saldos em 31/05/2012
Total do ativo	994.509
Total do passivo	(833.286)
Patrimônio líquido	161.223
Ágio gerado na operação	1.136.118
Custo total da aquisição	1.297.341
Caixa e equivalentes de caixa da controlada adquirida	(556.255)
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada adquirida	741.086

O balanço patrimonial consolidado em 31 de maio de 2012 foi considerado como balanço de abertura, como segue:

	Valor contábil na aquisição
Ativos líquidos adquiridos	161.223
Caixa e equivalentes de caixa	556.255
Contas a receber de clientes	102.110
Outros créditos	24.975
Depósitos judiciais	51.271
Impostos diferidos	374
Imobilizado	258.118
Intangível	1.406
Fornecedores	(40.814)
Empréstimos e financiamentos	(634.927)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(68.042)
Outras contas a pagar	(89.503)

8.4) Propriedades para investimento: Estão representadas substancialmente por terrenos. Sobre as propriedades da Companhia e de suas controladas cujos valores de mercado, medidos através de avaliações efetuadas, se encontravam inferiores aos valores contábeis, foram constituídas provisões para ajuste ao valor de mercado. Conforme mencionado na nota 2.7, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16), CPC 28 (IAS 40) e ICPC 10, a Companhia e determinadas controladas, na data de transição (01/01/2010) procederam a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas Normas Internacionais de Contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43. Os efeitos da adoção do valor justo foram contabilizados na data de transição tendo como contrapartida a conta denominada "ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários correspondentes ao imposto de renda e a contribuição social, os quais foram contabilizados em conta do passivo não circulante sob o título "imposto de renda e contribuição social diferidos". Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os saldos remanescentes dessas avaliações, liquidas das realizações por baixa e/ou depreciação, bem como dos tributos diferidos representam R$ 136.444 mil e R$ 140.020 mil, respectivamente.

9 - Imobilizado:

a) Controladora

	2013			**2012**
	Valor Justo	**Depreciação Acumulada**	**Valor Líquido**	**Valor Líquido**
Terrenos	7.412	-	7.412	7.412
Edificações, instalações e benfeitorias	8.633	467	8.166	8.142
Equipamentos de processamento de dados	569	291	278	261
Máquinas, equipamentos e ferramentas	2	1	1	5
Móveis e utensílios	529	51	478	242
Veículos	225	85	140	192
	17.370	**895**	**16.475**	**16.254**

b) Consolidado

	2013			**2012**
	Valor Justo	**Depreciação Acumulada**	**Valor Líquido**	**Valor Líquido**
Terrenos	12.845	-	12.845	7.412
Edificações e benfeitorias	237.555	58.182	179.373	8.880
Equipamentos de processamento de dados	3.393	1.509	1.884	1.633
Hardware e equipamentos de pedágio	198.447	135.760	62.687	-
Instalações	211	18	193	-
Máquinas, equipamentos e ferramentas	212.518	91.765	120.753	43.086
Móveis e utensílios	22.786	8.524	14.262	513
Veículos	22.666	15.648	7.018	12.416
Obras em andamento	17.934	-	17.934	-
Outras imobilizações	94.984	12.823	82.161	-
	823.339	**324.229**	**499.110**	**73.940**

Conforme mencionado na nota 2.7, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16), CPC 28 (IAS 40) e ICPC 10, a Companhia e determinadas empresas controladas, na data de transição (01/01/2010) procederam a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas Normas Internacionais de Contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43. Os efeitos da adoção do valor justo foram contabilizados na data de transição tendo como contrapartida a conta de reserva denominada "ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários correspondentes ao imposto de renda e a contribuição social, os quais foram contabilizados em conta do passivo não circulante sob o título "imposto de renda e contribuição social diferidos". Ainda conforme mencionado na nota 2.7, na data de transição, ao mesmo tempo em que foi adotado o custo atribuído (*deemed cost*), foi efetuada a primeira análise da vida útil econômica estimada dos bens, utilizada como base para determinação das novas taxas de depreciação aplicadas prospectivamente a partir da data de transição. Referidas taxas serão mantidas até que uma nova revisão periódica anual indique a necessidade de alterações naquelas vidas úteis estimadas. **10 - Intangível:** a) Controladora - Estão representados integralmente por direitos sobre os sistemas de software e gastos relacionados a desenvolvimento de produtos. b) Consolidado

	2013			**2012**
	Valor Justo	**Amortização Acumulada**	**Valor Líquido**	**Valor Líquido**
Contratos de concessão	5.970.310	1.404.769	4.565.541	-
Softwares	65.094	37.474	27.620	1.943
Ágio na aquisição de investimentos	1.125.633	6.946	1.118.687	1.640.843
Intangível em andamento	33.875	-	33.875	-
Outros ativos intangíveis	29.404	35	29.369	10.000
	7.224.316	**1.449.224**	**5.775.092**	**1.652.786**

Os itens referentes a contratos de concessão estão compreendidos por infraestrutura rodoviária, direito de outorga e outros. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os valores de ágio na aquisição de investimentos fundamentado em rentabilidade futura são assim compostos:

	Controladora		**Consolidado**	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	-	-	6.295	-
Elog	-	-	231.453	-
Mandarim Agropecuária Ltda	-	-	15.959	15.959
Agropastoril Madeireira e Colonizadora Sanhaço Ltda	-	-	11.097	11.097
Proyectos y Explosivos, S.A.	-	-	2.766	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A	-	-	851.117	876.338
Ágio - Mais valia de ativos líquidos	-	-	-	737.449
	-	**-**	**1.118.687**	**1.640.843**

O valor do ágio advindo da aquisição das ações ordinárias da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul está sendo amortizado em 10 anos. O valor do ágio resultante da operação de incorporação reversa da Pátio Participações Ltda. pela Ecopátio Logística Ltda., líquido da provisão para redução do valor do ágio ao benefício fiscal quando de sua amortização, será amortizado conforme o prazo da concessão. O ágio - mais valia de ativos líquidos, apurado através de cálculo do valor justo, quando da perda de controle na controlada indireta, Elog S.A. cuja sociedade é holding no setor de infraestrutura logística pertencente à EcoRodovias e, através do Acordo de Investimentos, o Logística FIP integralizou e subscreveu novas ações ordinárias representativas de 20% do capital total e votante da ELOG. Inclui também a parcela correspondente ao valor justo da participação adicional (controle individual) da EcoRodovias. Os valores de ágio incorridos nas aquisições das participações societárias nas empresas Mandarim e Sanhaço decorrem da expectativa de rentabilidade futura daquelas sociedades por conta da mais valia existente em estoque de imóveis a comercializar naquelas empresas. Tendo em vista se tratar de imóveis (áreas de terra) com vida útil indefinida, os respectivos valores de ágio não são susceptíveis de amortização.

11 - Empréstimos e Financiamentos:

	Controladora		**Consolidado**	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Capital de giro e ativo permanente	385.093	403.199	1.262.938	429.261
Debêntures	-	-	4.974.273	2.072.961
Credor por concessão de rodovias	-	-	64.802	-
	385.093	**403.199**	**6.302.013**	**2.502.222**
. Passivo circulante	49.115	67.221	985.690	81.634
. Passivo não circulante	335.978	335.978	5.316.323	2.420.588
	385.093	**403.199**	**6.302.013**	**2.502.222**

a) Capital de Giro e Ativo Permanente: Sobre a totalidade dos empréstimos e financiamentos, além de variações monetárias, incidem juros em condições usuais do mercado financeiro nacional e internacional. Contraídos em exercícios anteriores, os principais valores devidos pela Controladora estão vinculados a créditos a receber mencionados na nota 7.b. Conforme consta dos Autos dos processos das ações contra o Estado do Paraná, a liquidação definitiva das dívidas ocorrerá quando o Estado efetuar os pagamentos diretamente às instituições credoras. Durante o exercício social de 2013, dos R$ 335.978 mil antes devidos pela Controladora ao Banco do Brasil S/A foi contratada Nota Promissória junto a instituição financeira "Precatórios CPU II - Fundo de Investimentos e Direitos Creditórios Não-Padronizados", instituição essa que através de instrumento próprio de assunção de dívida, assumiu a dívida da Controladora junto ao Banco do Brasil, mantendo, nos termos dos instrumentos, a maior parte das garantias antes oferecidas. O valor da dívida foi repactuado para pagamento em 17 parcelas trimestrais a partir de outubro de 2015 com atualização monetária calculada pela variação do CDI acrescida de juros de 2% a.a. Quanto aos demais empréstimos e financiamentos no consolidado, as parcelas de longo prazo são resgatáveis até 2022. Como garantia, foram oferecidos imóveis, máquinas e equipamentos, cauções de ações, vinculação de receitas futuras e avais da diretoria das empresas. b) Debêntures

	Controladora		**Consolidado**	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Principal	-	-	4.975.438	2.100.000
Juros	-	-	97.998	2.274
Custo	-	-	(99.163)	(29.313)
	-	**-**	**4.974.273**	**2.072.961**
. Passivo circulante	-	-	267.015	2.274
. Passivo não circulante	-	-	4.707.258	2.070.687
	-	**-**	**4.974.273**	**2.072.961**

Informações sobre as emissões em controladas diretas: *Primav Construções e Comércio S.A.:* Em 26 de dezembro de 2012, foi concluída a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476/2009. A emissão, realizada em série única, teve o montante total de R$ 2.100.000 mil, correspondentes a 2.100 debêntures de valor unitário equivalente a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Como garantias reais da operação, na data de emissão, foram oferecidas 183.887.916 ações de emissão da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. das quais a Companhia é detentora, bem como de todas as vantagens e direitos que forem atribuídos às respectivas ações, além da cessão fiduciária de todos os dividendos, lucros, frutos, rendimentos, direitos, juros sobre o capital próprio, distribuições e demais valores a serem recebidos de qualquer outra forma pela Companhia. Foi assegurado ainda, como garantia adicional fidejussória, fiança prestada pela sociedade controladora CR Almeida S/A - Engenharia e Construções que é representativo de 150% das debêntures emitidas. Segundo regras estabelecidas na escritura de emissão, as ações oferecidas em garantia, avaliadas pelas cotações de mercado, devem equivaler, no mínimo a 120% do valor da dívida (garantia mínima). Tendo em vista ter havido durante o exercício, queda do valor das ações cotadas em bolsa, novas 37.319.949 ações tiveram que ser oferecidas em garantia. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013, 221.207.865 ações encontram-se alienadas fiduciariamente em atendimento à clausula de garantia mínima. Essas ações alienadas fiduciariamente, representam, aproximadamente, 62% da totalidade das ações de propriedade da Companhia. As debêntures renderão juros a taxa correspondente à variação acumulação de 100% das taxas médias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida exponencialmente de um *spread* de 2,45% ao ano, também na base de 252 dias úteis. Tais juros serão pagos semestralmente a contar da data de emissão, ou seja a cada 26 de junho e 26 de dezembro de cada ano a partir de 2013, inclusive. Informações sobre as emissões nas controladas indiretas: *EcoRodovias Concessões e Serviços*: Foi concluída em 23 de outubro de 2012 a segunda emissão de R$ 800.000 mil em debêntures, sendo R$ 240.000 mil referentes à primeira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2016 e vencimento final em 15 de outubro de 2018; R$ 160.000 mil referentes à segunda série em duas parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2018 e vencimento final em 15 de outubro de 2019; e R$ 400.000 mil referentes à terceira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2020 e vencimento final em 15 de outubro de 2022. A primeira série ofertada ao mercado local tem remuneração vinculada a 100% do CDI acrescido de 0,79% ao ano, a segunda série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5% ao ano e a terceira série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5,35% ao ano; elas foram precificadas utilizando os conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. O contrato referente à segunda emissão requer a manutenção de índices financeiros da Companhia menores ou iguais a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada da Companhia com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos do serviço da dívida em relação ao EBITDA. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Os índices foram atingidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. . *Ecovias dos Imigrantes:* Foi concluída em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R$ 450.000 mil em debêntures em três séries, sendo a primeira de R$ 135.000 mil, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R$ 157.500 mil cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses, sendo os vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente. A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries. Essa operação tem classificação de risco "brAAA" da Standard & Poors. O contrato da controlada indireta Ecovias requer a manutenção de índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e ao principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações contábeis. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos. Foi concluída também, em 07 de maio de 2013, a emissão de R$ 881.000 mil em debêntures em duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R$ 200.000 mil, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 15 de abril de 2020 e a segunda série de R$ 681.000 mil, com prazo de vencimento de 132 meses e vencimento final em 15 de abril de 2024, respectivamente. A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 3,80% a.a. + IPCA, pago anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2019, foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. A segunda série têm remuneração de 4,28% a.a. + IPCA, paga anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2024, também precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. Essa operação tem classificação de risco "brAAA" da Standard & Poors. O contrato da 2ª emissão requer a manutenção dos índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações contábeis. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos. . *Ecopistas:* Foi concluída em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R$ 370.000 mil em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R$ 92.500 mil, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R$ 92.500 mil, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R$ 92.500 mil com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022 e a quarta no valor nominal de R$ 92.500 mil com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022. As quatro séries, ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada ao IPCA mais 8,25%, pagos semestralmente, e foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. Essa operação tem classificação de risco "brAA+" da Standard & Poors. O contrato da controlada indireta Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20, e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. . *Ecoporto Holding, sucedida pela Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi):* Foi concluída em 19 de junho de 2012 a emissão de R$ 600.000 mil em debêntures em série única de 600 debêntures com vencimento em parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de junho de 2013 e vencimento final em 16 de junho 2019. Em 27 de novembro de 2012, com a reestruturação societária, essa dívida foi incorporada pela controlada direta Ecoporto Santos S.A (anteriormente denominada Tecondi). O contrato requer a manutenção de índices financeiros em que a relação da dívida líquida e do EBITDA dos últimos 12 meses deve ser inferior: até 2015 a 4,5 pontos, em 2016 a 4,0 pontos, em 2017 a 3,5 pontos e em 2018 a 3,0 pontos. E o EBITDA dos últimos 12 meses pelas despesas financeiras deve ser superior: até 2015 a 2,0 pontos, em 2016 a 2,25 pontos, em 2017 a 2,5 pontos e em 2018 a 3,0 pontos. Os índices serão apurados trimestralmente, com base no balanço consolidado da emissora, a partir de 30 de setembro de 2012. Para esse empréstimo foi emitida uma Carta Fiança pela controladora EcoRodovias Infraestrutura. Esta garantia manter-se-á em vigor até que a emissora mantenha, de forma consolidada, o índice de alavancagem inferior ou igual a 2,5 vezes, por dois semestres consecutivos. Há obrigatoriedade de manter o capital social igual ou superior a R$ 39.000 mil, sendo esse saldo atingido em 31 de dezembro de 2013 e 2012. A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,85% ao ano, paga anualmente, e foi precificada utilizando os conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. Informações sobre os vencimentos: Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

Ano de vencimento

	2013			**2012**		
	Parcela	**Custo**	**Total**	**Parcela**	**Custo**	**Total**
2015	318.953	(12.460)	306.493	210.000	(2.931)	207.069
2016	332.791	(10.547)	322.244	315.000	(4.397)	310.603
2017	301.391	(9.470)	291.921	315.000	(4.397)	310.603
2018 - 2024	3.844.997	(58.397)	3.786.600	1.260.000	(17.588)	1.242.412
	4.798.132	**(90.874)**	**4.707.258**	**2.100.000**	**(29.313)**	**2.070.687**

c) Evento subsequente - Emissão de Notas Promissórias: Em 28 de janeiro de 2014, a Controlada direta Primav Construções e Comércio S/A, foi autorizada a emitir até 30 (trinta) notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor nominal unitário de R$ 5.000 mil, perfazendo o montante total de até R$ 150.000 mil, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 134, de 1º de novembro de 1990, conforme alterada ("Instrução CVM 134"), da Instrução CVM nº 155, de 7 de agosto de 1991, conforme alterada, e segundo os procedimentos previstos na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") ("Oferta Restrita"). Desta emissão, até a data da conclusão das presentes demonstrações contábeis, foram emitidas 15 Notas Comerciais no montante total de R$ 75.000 mil com vencimento em 27 de julho de 2014. Para garantir o cumprimento imediato e integral de todas as obrigações, principais e acessórias atualmente devidas ou que possam ser devidas no futuro pela Companhia nos termos das Notas Comerciais, a Companhia concordou em alienar fiduciariamente em garantia, em favor dos titulares das Notas Comerciais, representados pelo Agente de Notas, 13.100.000 (treze milhões e cem mil) ações de sua titularidade, de emissão da EcoRodovias I&L, negociadas na BM&FBOVESPA sob o símbolo (ticker) "ECOR3". Essas ações alienadas fiduciariamente, representam, aproximadamente, 4% da totalidade das ações de propriedade da Companhia. O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 1,90% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário, desde a data de emissão até a data da efetiva liquidação.

12 - Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas:

	Controladora		**Consolidado**	
Sociais e Trabalhistas	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
. Salários e encargos	2.380	969	47.518	6.743
. Provisões para bônus, férias e encargos	1.397	1.199	26.639	9.724
. Débitos parcelados (Lei nº 11.941/09)	5.533	2.956	6.427	2.956
	9.310	**5.124**	**80.584**	**19.423**
Fiscais				
. Débitos correntes	373	864	87.806	33.554
. Débitos em atraso	678	19.394	678	19.394
. Débitos parcelados (Ordinários)	17.119	19.454	17.119	19.454
. Débitos parcelados (Lei nº 11.941/09)	1.583	1.169	3.883	1.169
	19.753	**40.881**	**109.486**	**73.571**
	29.063	**46.005**	**190.070**	**92.994**
. Passivo circulante	9.709	26.807	163.225	73.796
. Passivo não circulante	19.354	19.198	26.845	19.198
	29.063	**46.005**	**190.070**	**92.994**

O montante total dos débitos fiscais apresentados como correntes (controladora e consolidado) incluem débitos em atraso correspondentes a dívidas de ICMS, atualizadas até a data do encerramento do balanço, incluindo multas, juros, honorários e correções monetárias devidos aos seguintes estados da Federação:

	2013	**2012**
São Paulo	-	18.716
Bahia	140	140
Ceará	538	538
	678	**19.394**

Referidas dívidas são decorrentes do processo de incorporação da então controlada Britanite ocorrido em 2010 e, também, por assunção de dívida junto a controlada IBQ durante 2011. A Administração da Companhia vem mantendo discussões e tomando providências de forma a liquidar essas dívidas buscando usufruir de programas de parcelamento visando obter descontos financeiros. **13 - Valores a Pagar por Amortização de Ações**: Durante o exercício social de 2002, por decisão em Assembleia Geral de Acionistas, 9.100.000 ações ordinárias foram transformadas em ações de fruição para amortização futura. Naquele mesmo exercício, conforme estabelece o Art. 44 da Lei das Sociedades por Ações, foi constituída no patrimônio líquido uma reserva especial para a amortização das ações com recursos provenientes de conta de lucros acumulados. Posteriormente foi integralmente transferida para o passivo não circulante sob a rubrica "Valores a Pagar por Amortização de Ações", e vem sendo atualizada, ajustada e amortizada segundo critérios estabelecidos em um Termo de Acordo firmado entre o Acionista Dissidente e a Companhia.

CR ALMEIDA S/A - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES

C.N.P.J. 33.317.249/0001-84

14 - Provisões para Contingências:

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Cíveis	21.087	19.662	105.660	26.340
Trabalhistas	4.030	5.236	40.251	5.951
Tributárias	19.559	17.878	55.266	18.205
	44.676	**42.776**	**201.177**	**50.496**

a) Cíveis: Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos. A Companhia tem outras contingências de natureza cível que totalizam em 31 de dezembro de 2013 R$ 21.048 mil (R$ 77.645 mil no consolidado) avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão. b) Trabalhistas: Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2013, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R$ 37.012 mil no consolidado, avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão. c) Tributárias: Correspondem, principalmente, a valores relacionados com discussões quanto ao recolhimento de ISS, não existindo processos de valor individual relevante. Incluem valores decorrentes de discussões relacionadas com dispensa de inclusão do ICMS na base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, cujo valor em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 19.558 mil. Em 31 de dezembro de 2013, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R$ 19.031 mil no consolidado, avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

15 - Transações com Partes Relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Ativo circulante				
Estoques				
. Aquisição de imóvel - Rosa Maria Beltrão Rischbieter	-	-	-	5.000
	-	-	-	5.000
Contas a Receber				
. SBS Engenharia e Construções S/A.	-	-	85.228	-
. Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A.	-	-	925	2.176
	-	-	86.153	2.176
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber				
. Primav Construções e Comércio S/A.	27.507	49.465	-	-
. IBQ - Indústrias Químicas S/A.	2.162	1.854	2.162	1.854
	29.669	51.319	2.162	1.854
Ativo não circulante				
Créditos com pessoas ligadas				
. Amanda Gracielle Veiga de Almeida	-	-	2	-
. Cesar Beltrão de Almeida	-	-	33	8
. Eduarda Guimarães de Almeida	-	-	10	3
. Denise Beltrão de Almeida Cassou	-	-	33	8
. Marcelo Beltrão de Almeida	-	-	33	8
. Maria Fernanda Beltrão de Almeida	-	-	12	4
. Paulo Celso Gomes de Castro	341	303	341	303
. Marcelino Rafart de Seras	3.245	-	3.245	-
. Roberta Guimarães de Almeida	-	-	10	3
. Agropastoril Madeireira e Colonizadora Sanhaço Ltda	466	34	-	-
. CHR Administração de Bens Ltda	-	239	-	-
. Mandarim Agropecuária Ltda	138	8	-	-
. Proyectos y Explosivos S/A.	3.822	-	-	-
	8.012	584	3.719	337
Investimentos - Aquisição de participações societárias e outros				
. Participare - Administração e Participações Ltda	-	2	-	2
. PIO XII - Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S/A.	-	1	-	1
	-	3	-	3
Intangível - Movimentação				
. CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda.	-	-	32.778	-
. TB Transportadora Betumes Ltda	-	-	5.302	-
. SBS Engenharia e Construções S/A.	-	-	18.660	-
	-	-	56.740	-
Passivo circulante				
Fornecedores				
. CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda.	-	-	427	-
. TB Transportadora Betumes Ltda	-	-	5.302	-
. SBS Engenharia e Construções S/A.	-	-	1.647	-
	-	-	7.376	-
Dividendos a pagar				
. Minoritários	-	-	1	1
	-	-	1	1
Adiantamento de Clientes				
. Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A.	-	-	-	425
	-	-	-	425
Outros Passivos				
. Contas a pagar - IBQ - Indústrias Químicas S/A	1.801	1.849	1.801	1.849
	1.801	1.849	1.801	1.849
Passivo não circulante				
Débitos com pessoas ligadas				
. CR Almeida S/A - Engenharia de Obras	54.647	-	-	-
. Primav Construções e Comércio S/A.	2.709	-	-	-
. Consórcio Serra do Mar	-	-	9.525	-
. IBQ - Indústrias Químicas S/A	700	7	700	7
. Amanda Gracielle Veiga de Almeida	-	-	-	11
. Cesar Beltrão de Almeida	-	-	-	46
. Denise Beltrão de Almeida Cassou	-	-	-	46
. Eduarda Guimarães de Almeida	-	-	-	12
. Marcelo Beltrão de Almeida	-	-	-	46
. Maria Fernanda Beltrão de Almeida	-	-	-	12
. Roberta Guimarães de Almeida	-	-	-	12
	58.056	7	10.225	192
Resultado do exercício				
Estoque de imóvel em formação				
. Cesar Beltrão de Almeida	-	-	14	6
. Eduarda Guimarães de Almeida	-	-	5	2
. Denise Beltrão de Almeida Cassou	-	-	14	6
. Marcelo Beltrão de Almeida	-	-	14	5
. Maria Fernanda Beltrão de Almeida	-	-	4	2
. Roberta Guimarães de Almeida	-	-	4	2
	-	-	55	23
Receitas de obras por empreitada				
. Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A.	-	-	-	23.169
	-	-	-	23.169
Despesas - Serviços de gestão de pagamentos				
. STP Serviço e Tecnologia de Pagamentos S/A	-	-	2.264	-
	-	-	2.264	-
Receitas financeiras - Encargos de operações de mútuo				
. CR Almeida S/A - Engenharia de Obras	-	2.704	-	-
. IBQ - Indústrias Químicas S/A	-	2	-	2
. Instituto CR Almeida	-	36	-	36
. Primav Construções e Comércio S/A.	-	-	-	-
. Amazônia Projetos Ecológicos Ltda	-	290	-	466
. Agropastoril Madeireira e Colonizadora Sanhaço Ltda	9	4	-	-
. Mandarim Agropecuária Ltda	4	1	-	-
. AEQ - Aliança Eletroquímica Ltda.	-	47	-	-
. Paulo Celso Gomes de Castro	39	58	39	58
. Marcelino Rafart de Seras	245	-	245	-
. Cesar Beltrão de Almeida	-	-	2	1
. Eduarda Guimarães de Almeida	-	-	1	1
. Denise Beltrão de Almeida Cassou	-	-	2	1
. Marcelo Beltrão de Almeida	-	-	2	1
. Maria Fernanda Beltrão de Almeida	-	-	1	5

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
. Roberta Guimarães de Almeida	-	-	1	-
	297	3.142	293	571
Despesas financeiras - Encargos de operações de mútuo				
. CR Almeida S/A - Engenharia de Obras	1.794	-	-	-
. IBQ - Indústrias Químicas S/A	1	-	1	(2)
. Primav Construções e Comércio S/A.	1.681	2.125	-	-
. Consórcio Serra do Mar	-	-	50	-
. AEQ - Aliança Eletroquímica Ltda.	-	-	-	(47)
	3.476	2.125	51	(49)

16 - Patrimônio Líquido: a) Capital Social - O capital subscrito e integralizado está representado por 35.000.008 de ações, sendo composto por 25.900.002 Ações Ordinárias, 9.100.000 Ações de Fruição e 6 Ações Preferenciais, todas sem valor nominal. As Ações Ordinárias conferem a seus titulares, mediante ao capital por elas representado, o status de Acionista da Companhia, o direito a voto nas deliberações gerais e outros direitos estabelecidos por Lei. As Ações Preferenciais, por sua vez, não dão direito a voto aos seus titulares, mas asseguram uma ou mais das seguintes preferências: - prioridade na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% superior aos distribuídos por ano às Ações Ordinárias; - prioridade no reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação da Companhia; - participação sem restrição no aumento de capital decorrente da capitalização de reservas; e - direitos políticos, inclusive o de eleger membros do Conselho Consultivo. b) Reservas de lucros - b.1 Reserva legal - É constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. b.2 Reserva especial para dividendos - Vem sendo constituída pelo montante dos dividendos propostos pela Administração e que, ratificados por decisões em Assembléias Gerais, vêm sendo mantidos em conta de reserva no patrimônio líquido para deliberação futura quanto a sua efetiva distribuição. b.3 Reserva para amortização de ações - Durante o exercício social de 2002, por decisão em Assembléia Geral de Acionistas, 9.100.000 ações ordinárias foram transformadas em ações de fruição para amortização futura. Naquele mesmo exercício, conforme estabelece o Art. 44 da Lei das Sociedades por Ações, a reserva constituída para a amortização das ações foi integralmente transferida para o passivo não circulante sob a rubrica "Valores a Pagar por Amortização de Ações", e vem sendo atualizada, ajustada e amortizada segundo critérios estabelecidos em um Termo de Acordo firmado entre o Acionista Dissidente e a Companhia. b.4 Reserva estatutária - Fundo de liquidez - Consoante estabelecido no Estatuto Social é constituído por, no mínimo, 5% do lucro líquido nos termos do Art. 192 da Lei das Sociedades por Ações. Destinar-se-á a propiciar solidez à situação financeira da Companhia, aquisição de ações próprias e pagamento de eventuais haveres de acionista dissidente, podendo, desde que haja decisão unânime do Conselho de Administração, ser utilizado para situações emergenciais, bem como para fins distintos de seu objetivo ordinário. b.5 Reserva de lucros a realizar - A reserva de reavaliação anteriormente registrada na controlada indireta Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A foi estornada, sendo os reflexos na sua controladora direta, EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., computados como ágio decorrente da mais valia dos ativos imobilizados daquela empresa, não havendo reflexos no patrimônio líquido. Assim, como forma de refletir com adequação o estorno de reserva de reavaliação, a controlada Primav Construções e Comércio S/A e, por conseqüência, a Companhia, consideraram o montante existente como reserva de lucros a realizar, a qual vem sendo realizada na mesma proporção da amortização do ágio que lhe deu origem. c) Ajustes de avaliação patrimonial - Conforme mencionado nas notas 8 e 9, os ajustes de avaliação patrimonial correspondem a valores relacionados com o registro da mais valia de propriedades para investimento e imobilizado. Contemplam também, valores de mesma natureza apurados em sociedades controladas reconhecidos de forma reflexa pelo método de equivalência patrimonial. Tais valores são imputados ao resultado do exercício quando da efetiva realização dos créditos que os geraram. Os saldos ao final dos exercícios são assim compostos:

	2013	**2012**
Sobre a mais valia de propriedades para investimento e ativo imobilizado	191.046	191.070
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(64.956)	(64.964)
Sobre a mais valia de ativos imobilizados de controladas	15.688	21.082
Imposto de renda e contribuição social diferidos de controladas	(5.334)	(7.168)
Variação cambial de investimentos	126	-
	136.570	**140.020**

d) Dividendos - De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, nos termos da Legislação Societária. A Companhia destinou para pagamento de dividendos em 2013 o valor de R$ 90.000 mil, os quais foram liquidados financeiramente durante o mesmo exercício. No exercício de 2012, foram destinados para pagamento R$ 66.068 mil que foram liquidados financeiramente durante 2012 juntamente com o saldo existente em 31 de dezembro de 2011, totalizando pagamentos naquele exercício de R$ 110.000 mil. Todas essas destinações são referentes a dividendos apurados em exercícios anteriores.

17 - Receita Operacional Líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Resultado de equivalência patrimonial	107.311	205.206	-	-
Receitas das atividades de construção	-	-	1.185.633	581.782
Receitas das atividades de logística e concessões de rodovias	-	-	2.369.831	190
Receitas das atividades com produtos químicos	-	-	4.047	176.994
Demais Receitas Operacionais	1.933	1.113	2.712	1.314
Impostos incidentes sobre a receita	(179)	(110)	(276.230)	(78.484)
	109.065	**206.209**	**3.285.993**	**681.796**

18 - Outras Receitas e Despesas:

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Ganhos em investimentos	-	-	(294)	-
(Constituição) Reversão de provisões para contingências	(7.148)	(24.014)	(938)	(27.281)
(Constituição) Reversão de provisões para créditos de liquidação duvidosa	1.785	350	(31.045)	(5.261)
Reconhecimento de ganhos (perdas) judiciais em precatórios **Nota 7.b**	581.326	(2.084.937)	581.326	(2.086.769)
Benefícios por adesão a parcelamentos	1.867	-	2.268	-
Receita na alienação de bens do ativo imobilizado e investimentos	100	241.070	36.525	243.192
Valor Residual dos imobilizados e investimentos baixados ou vendidos	(506)	(72.612)	(3.368)	(84.897)
Outros	(10.662)	(2.466)	(7.219)	1.351
	566.762	**(1.942.609)**	**577.255**	**(1.959.665)**

19 - Resultado Financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Receitas financeiras:				
. Pessoas ligadas	296	3.141	293	571
. Variações monetárias e cambiais ativas	1.048	512	12.467	2.544
. Descontos obtidos	3	30.289	313	30.433
. Aplicações financeiras	551	-	102.819	6.807
. Outras	1.003	2.210	200.643	2.694
	2.901	**36.152**	**316.535**	**43.049**
Despesas financeiras:				
. Empréstimos e financiamentos	12.073	4.028	90.988	8.788
. Empréstimos e financiamentos - Debêntures	-	-	417.077	2.274
. Pessoas ligadas	3.476	2.125	51	(49)
. Variações monetárias e cambiais passivas	112	-	1.632	4.364
. Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	4.501	4.431	26.672	6.312
. Outras	753	3.235	70.587	3.653
	20.915	**13.819**	**607.007**	**25.342**

20 - Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Ativos				
Prejuízos fiscais, bases negativas e adições temporárias	-	-	497.589	6.152
Ágio incorporado, líquido das amortizações	-	-	3.602	-
Ajuste a valor presente do direito de outorga, ônus da concessão e Capitalização de juros sobre os empréstimos - Lei nº 11.638/07 e ICPC-01	-	-	57.028	-
	-	**-**	**558.219**	**6.152**
Passivos				
. Dif. temporárias - Mais valia de imobilizados e propriedades p/ renda	64.955	64.964	150.861	77.686
. Receitas diferidas - Central do Paraná	642.187	-	642.187	-
. Mais Valia Investimento EcoRodovias (Líquida)	-	-	355.018	-
	707.142	**64.964**	**1.148.066**	**77.686**

b) Resultado: A composição dos valores computados na demonstração do resultado do exercício pode ser assim resumida:

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Bases correntes	-	16.505	212.638	19.724
Bases diferidas	642.187	-	686.005	(1.785)
	642.187	**16.505**	**898.643**	**17.939**

21 - Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros - Consolidado: O Grupo CR Almeida administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, notas promissórias, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente, deduzidos pelo caixa e pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações dos acionistas não controladores). Nenhuma das empresas integrantes do Grupo está sujeita a algum tipo de requerimento externo sobre o capital. A Companhia e suas controladas revisam periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. O Grupo possui financiamento em moeda estrangeira para ampliação dos Cais para utilização em suas operações, que representa valor de US$ 37.903 mil. O contrato apresenta vencimento em julho de 2014, tendo como contraparte Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A. A operação de "swap" em 31 de dezembro de 2013 consiste na troca da variação do CDI acrescida de 0,150103% ao ano por variação cambial, registrada na rubrica "Despesas financeiras", no valor de R$ 14.932 mil. Nesse mesmo sentido, também possui operação junto a instituição financeira "Precatórios CPU II - Fundo de Investimentos e Direitos Creditórios Não-Padronizados", cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 344.725 mil, sujeito a atualização pela variação do CDI acrescida de juros de 2% a.a., com "swap" consistindo na troca da variação do dólar acrescido de juros de 10,85% a.a. Risco de mercado: a) Exposição a riscos cambiais: A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não apresentavam saldo de ativo ou passivo relevante denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Considerações gerais - • A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis. • Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. • Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota 11. Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2013 não diferem de forma significativa. a) Riscos da taxa de câmbio: O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela controlada indireta Ecopátio Logística Cubatão Ltda., com quem possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira, porém não são expressivos. Além disso, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a controlada Ecoporto Santos S.A. possui contrato junto ao Finimp na moeda US$ 4.012 mil. b) Risco da taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está comentada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. c) Risco de crédito: Concentração de risco de crédito: Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes. A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras, em sua grande maioria, de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. d) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Análise de sensibilidade: A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, porém nunca em caráter especulativo. A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas. **22 - Seguros Contratados:** A Administração da Companhia adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrências de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **23 - Ônus, Avais e Garantias:** Adicionalmente às ações de emissão da controlada EcoRodovias de propriedade da controlada direta Primav Construções e Comércio, cujo detalhamento é divulgado na nota de empréstimos e financiamentos - debêntures, onde a Companhia é fiadora na modalidade de garantia adicional fidejussória, bem como ativos de precatórios de propriedade da Companhia e máquinas e equipamentos oferecidos em garantia de outros empréstimos e financiamentos, cujos saldos devedores estão divulgados nas notas explicativas correspondentes, a Companhia não possui ônus adicionais sobre seus ativos, porém figura como fiadora e/ou garantidora de diversas operações financeiras contratadas por outras empresas do grupo econômico ao qual pertence, cujos saldos devedores em 31 de dezembro de 2013 montam R$ 159.190 mil (CR Almeida S/A - Engenharia de Obras R$ 116.040 mil e IBQ - Indústrias Químicas S/A R$ 43.150 mil). **24 - Medida Provisória 627:** A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, e suas alterações posteriores. Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. Tendo em vista as diversas discussões e incertezas ainda existentes no mercado acerca da interpretação das disposições supracitadas, a Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada. Baseada na avaliação inicial realizada e no atual entendimento do mercado, a Administração entende que ainda não é possível determinar se haverá efeitos materiais nas Demonstrações Contábeis da Companhia. **25 - Aprovação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pela diretoria da Companhia em 11 de Março de 2014.

Rio de Janeiro (RJ), 31 de Dezembro de 2013.

DIRETORIA

MARCO ANTONIO CASSOU
Diretor Presidente

HÉLIO CARRIJO DA CUNHA
Diretor Administrativo

JOÃO ALBERTO GOMES BERNACCHIO
Diretor Financeiro

DAVID DANGUI NEPOMOCENO
Contador CRC. PR 046.200/O-9.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos Srs. Administradores e Acionistas da **CR Almeida S/A - Engenharia e Construções.** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **CR Almeida S/A - Engenharia e Construções**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração da Companhia sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CR Almeida S/A - Engenharia e Construções** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **CR Almeida S/A - Engenharia e Construções** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases:** 1. A Companhia e suas controladas, conforme mencionado na Nota Explicativa 07.b, possuem créditos a receber do Governo do Estado do Paraná, decorrentes de direitos indenizatórios, remanescentes de exercícios anteriores, computados como créditos a receber de obras concluídas. Tais créditos estão sendo mantidos contabilmente com base em estimativas jurídicas ainda não reconhecidas oficialmente em sua totalidade pelo Estado, uma vez que este vem mantendo discussões quanto aos critérios de atualização. A realização desses créditos depende da execução orçamentária por parte do Estado. 2. Conforme mencionado na Nota Explicativa 06.b, as empresas controladas Primav Construções e Comércio S/A e CR Almeida S/A - Engenharia de Obras, aportaram parte dos créditos a receber do Governo do Estado do Paraná tratados no parágrafo anterior que à elas foram cedidos pela Companhia, em fundos de investimentos em direitos creditórios. Da mesma forma que mencionado no parágrafo anterior, a realização desses créditos depende da execução orçamentária por parte do Governo do Estado. 3. Conforme descrito na Nota Explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **CR Almeida S/A - Engenharia e Construções** essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Curitiba (PR), 11 de Março de 2014.

MOORE STEPHENS BOEING
Auditores Independentes S/S
CRC.PR 005.174/O-5

José Boeing
Contador
CRC SC-017.676/O-4 T/PR